

Plano Orientador da Universidade de Brasília

Minhas



Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – criada pela Lei nº 3998, de 15 de dezembro de 1961 – é uma instituição autônoma, não governamental. Sua administração cabe a um Conselho Diretor composto por 6 membros efetivos e 2 suplentes, nomeados originalmente pelo Presidente da República, cujos mandatos são renovados por escôlha dêste sôbre uma lista tríplice organizada, para cada vaga, pelo próprio Conselho Diretor.

O Presidente da Fundação, eleito pelo Conselho Diretor, é o Reitor da Universidade de Brasília.

Até a constituição dos órgãos deliberativos da Universidade, o Conselho Diretor será assistido por um corpo de coordenadores e consultores de sua livre escôlha, responsáveis pelo planejamento e implantação de cada uma das unidades da Universidade.

Membros Efetivos

DARCY RIBEIRO
Reitor da Universidade. Presidente da Fundação.

ANÍSIO TEIXEIRA
Membro do Conselho Federal de Educação. Diretor do Instituto Brasileiro de Estudos Pedagógicos. Ex-Secretário da Educação do Distrito Federal e do Estado da Bahia.

HERMES LIMA
Membro do Conselho Federal de Educação. Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

ABGAR RENAULT
Membro do Conselho Federal de Educação. Ex-Ministro da Educação e Cultura. Ex-Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais.

OSWALDO TRIGUEIRO
Ministro do Superior Tribunal Eleitoral. Ex-Governador do Estado da Paraíba. Ex-Embaixador do Brasil.

FREI MATEUS ROCHA, o.p.
Provincial da Ordem Dominicana no Brasil.

Suplentes

ALCIDES DA ROCHA MIRANDA
Presidente da Fundação Cultural de Brasília. Professor de Arquitetura.

JOÃO MOOJEN DE OLIVEIRA
Secretário de Agricultura do Distrito Federal. Naturalista do Museu Nacional. Doutor em Ciências Naturais.

Coordenadores

LEOPOLDO NACHBIN
Instituto Central de Matemática

JOSÉ LEITE LOPES
Instituto Central de Física

JACQUES DANON
Instituto Central de Química

MAURÍCIO ROCHA E SILVA
Instituto Central de Biologia

EDUARDO GALVÃO
Instituto Central de Ciências Humanas

CYRO DOS ANJOS
Instituto Central de Letras

ALCIDES DA ROCHA MIRANDA
Instituto Central de Artes

ARTUR NEVES
Editora Universidade de Brasília

Coordenadores dos Cursos de 1962:

VICTOR NUNES LEAL
Direito, Administração, Economia

LUCIO COSTA E OSCAR NIEMEYER
Arquitetura e Urbanismo

CYRO DOS ANJOS
Letras Brasileiras

Palavras do Presidente da República ao sancionar a Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília.

A missão da Universidade de Brasília

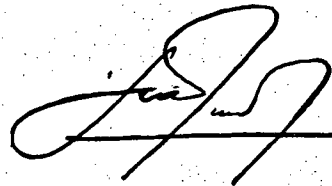
NA DELIBERAÇÃO de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital.

Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos, bem como os intelectuais, os artistas, os professores e estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas que, para todas as demais, constituísse um estímulo e um complemento e que fosse capaz de assegurar à Capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a interação com os outros centros culturais do País.

Esta universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo.

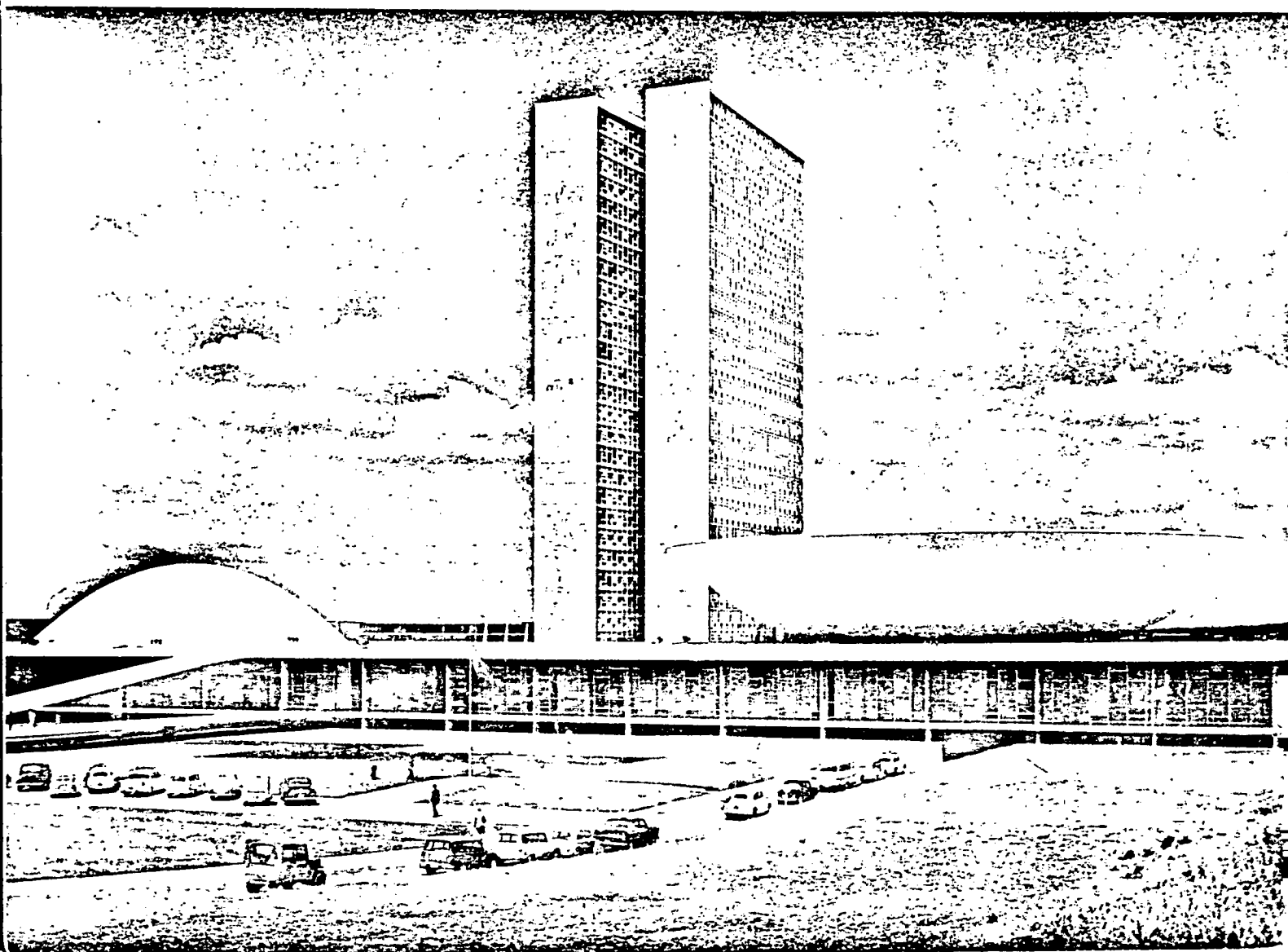
Com o objetivo de assegurar à Universidade de Brasília os necessários meios para o cumprimento de tão alta missão cultural, os poderes públicos, através da lei que hoje sanciono, lhe asseguram recursos e regalias especiais. É instituída como uma Fundação para ter a autonomia e ser capaz da responsabilidade indispensáveis a uma instituição universitária realmente livre. É dotada, pela União, de um patrimônio que lhe permitirá traçar seus próprios programas de expansão.

O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional.



*Dêste planalto central,
desta solidão que em breve se transformará
em cérebro das altas decisões nacionais,
lanço os olhos mais uma vez
sobre o amanhã do meu país e antevejo
esta alvorada com fé inquebrantável
e uma confiança sem limites
no seu grande destino.*

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA
Brasília, 2 de Outubro de 1956



ISTO É BRASÍLIA



*Reproduzimos na íntegra
o relatório de Lúcio Costa,
que se converteu
no Plano Piloto de Brasília.
Esse documento,
como afirmou o urbanista inglês
Sir William Halford,
é tão bom e completo,
que dificilmente poderia ser resumido.
Nele, o vencedor do concurso
não só indica as linhas
de desenvolvimento
de uma grande capital administrativa,
como antecipa e resolve,
dentro de uma unidade
de concepção artística,
os problemas urbanísticos e sociais
da cidade-capital,
que hoje se ergue,
viva e atuante,
no coração do Brasil.*

*... José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência
da Capital para Goiás e sugere o nome de Brasília.*

Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital, e também justificar-me.

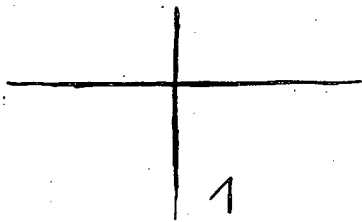
Não pretendia competir e, na verdade, não concorro, — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples *maquis* do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da idéia apresentada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim candidamente é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente *pensada e resolvida*; se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

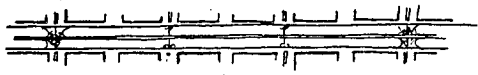
A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbis*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de *intenção*, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, *consciente*, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

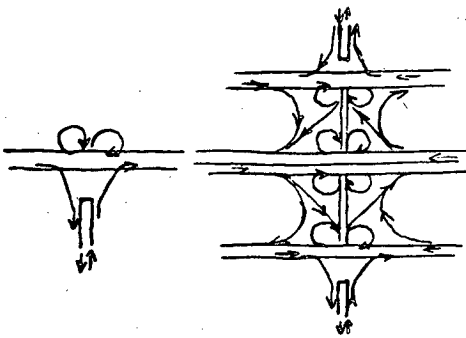
Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:



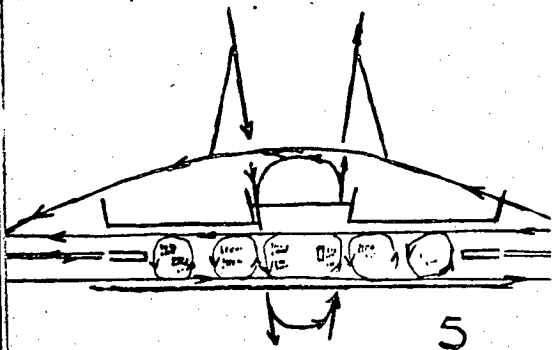
1. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dêle toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz (fig. 1).



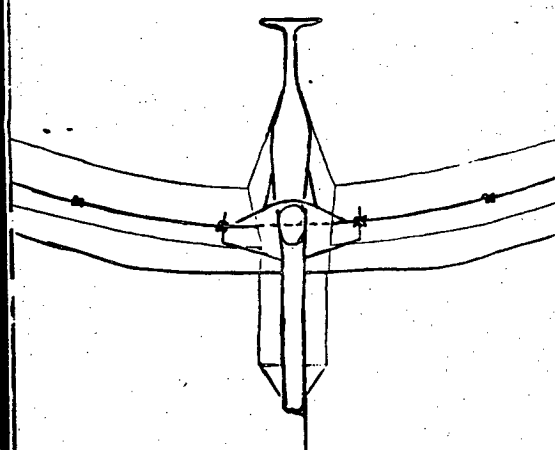
2. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada (fig. 2).



3. E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária — inclusive a eliminação dos cruzamentos — à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais para o tráfego local, e dispondo-se ao longo desse eixo o grosso dos setores residenciais (fig. 3).



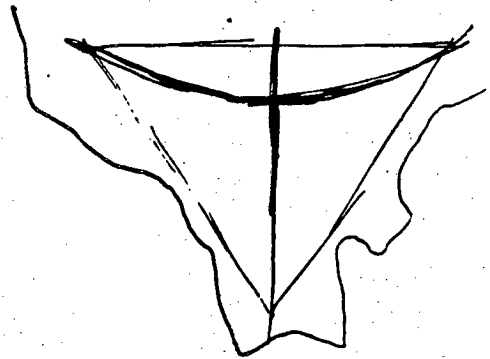
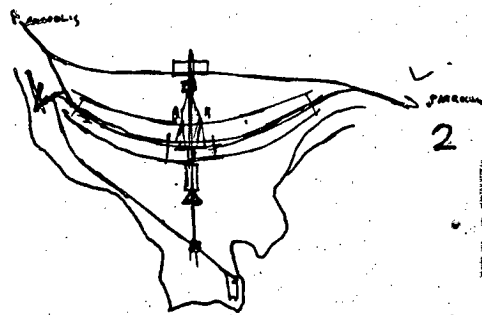
4. Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou assim a ser o eixo monumental do sistema (fig. 4). Lateralmente à intersecção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissões liberais, e ainda os amplos setores do varejo comercial.



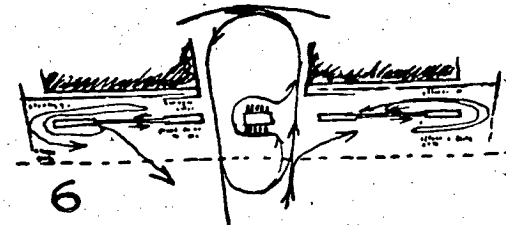
5. O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com o eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destine ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes, etc. (fig. 5).

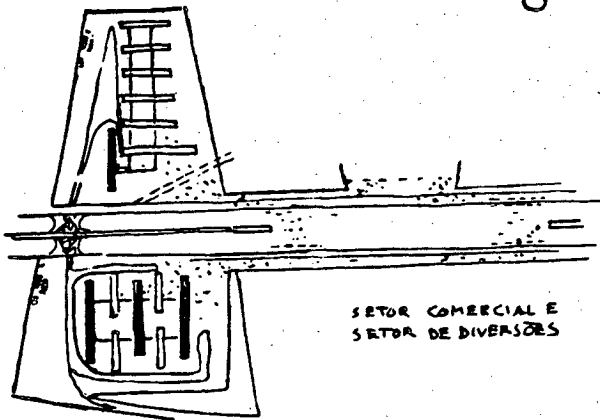
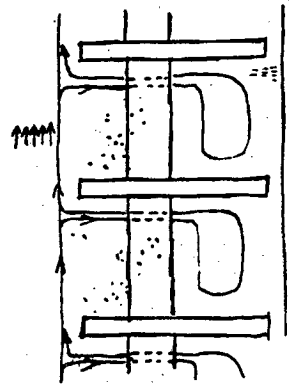
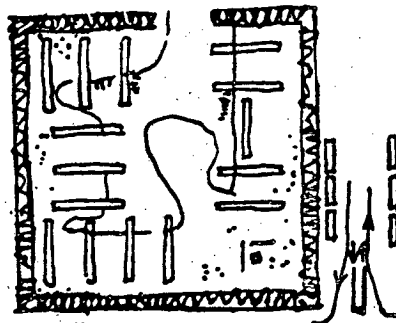
6. O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única, na área inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos mas aberta nas faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos e onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma (fig. 6). Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central desse piso inferior que se espraia em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos ministérios.

7. Dêsse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais sem qualquer cruzamento. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, e que acede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro cívico em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno (fig. 7).



PARQUEAMENTO



SETOR COMERCIAL E
SETOR DE DIVERSÕES

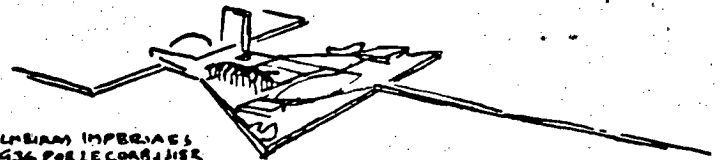
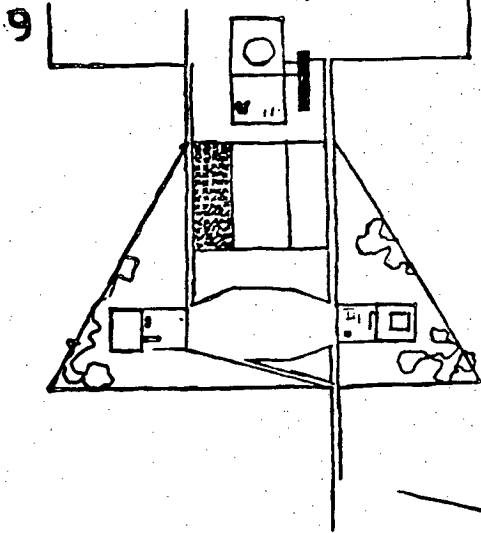
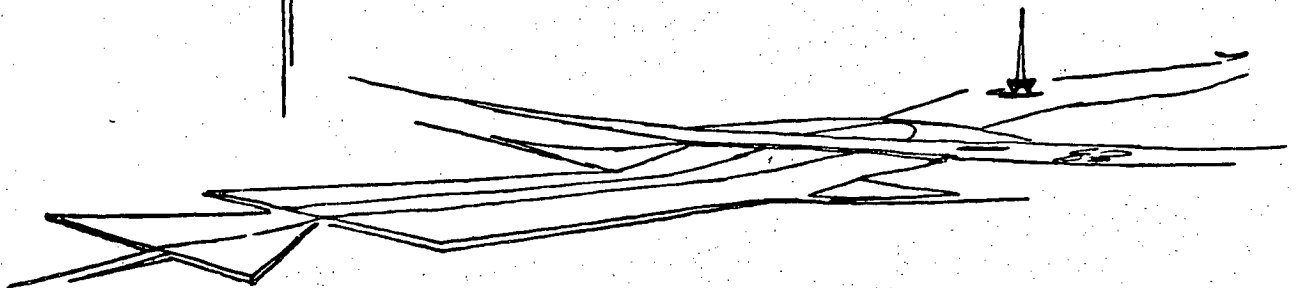
8. Fixada assim a rede geral do tráfego automóvel, estabeleceram-se, tanto nos setores centrais como nos residenciais, tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão (fig. 8), sem contudo levar tal separação a extremos sistemáticos e anti-naturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se "des-humaniza", readquirindo vis-à-vis do pedestre feição ameaçadora e hostil quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe.

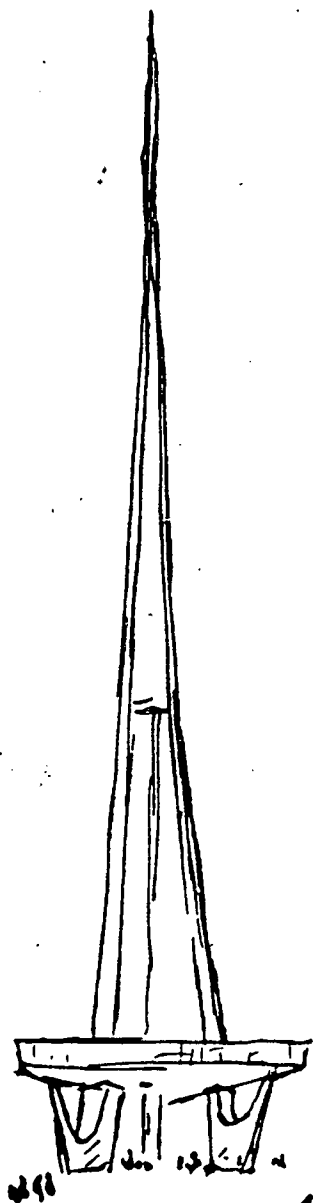
9. Veja-se agora como nesse arcabouço de circulação ordenada se integram e articulam os vários setores.

Destacam-se no conjunto os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais

remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se então um terrapleno triangular, com um arrimo de pedra à vista sobrelevado na campina circunvizinha a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto (fig. 9). Em cada ângulo dessa praça — Praça dos Três Poderes, poderia chamar-se — localizou-se uma das casas, ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base e a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma ampla esplanada disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação, em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos, garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista (fig. 9). Ao longo dessa esplanada — o Mall, dos ingleses —, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias (fig. 10). Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos infe-

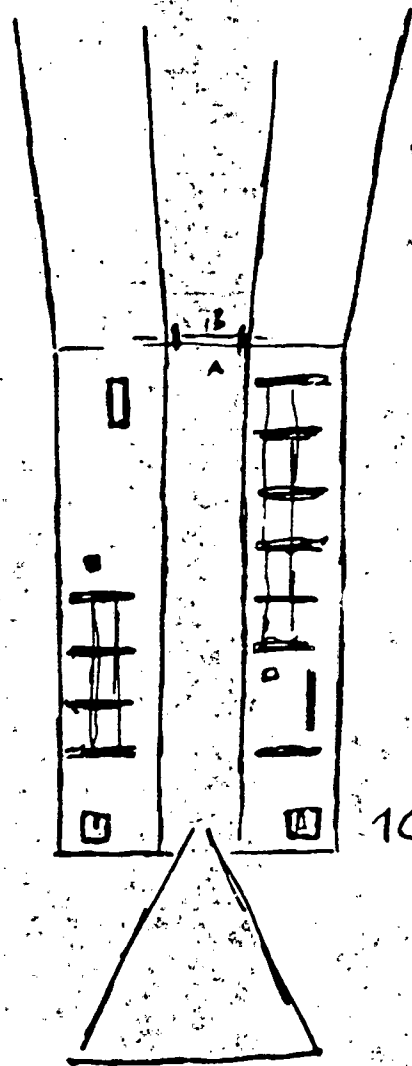
riores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em seqüência — todos com área privativa de estacionamento —, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor este também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas, e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento, e ainda, principalmente, por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma onde os dois eixos urbanísticos se cruzam.

PRAÇA DE PALMEIRAS IMPERIAES
PROPOSTA EM 1936 POR LE CORBUSIER



12

10. Nesta plataforma onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma, debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos ministérios, não foi edificada com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo assim o conjunto deles um corpo arquitetônico contínuo com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame (fig. 11). As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou das galerias cobertas (arcades) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão (fig. 11). O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vasado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc., tenham vista, de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão, tratada como elemento plástico integrado na composição geral (figs. 9, 11, 12). Na parte central da plataforma, porém disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc., construção baixa, ligada por escadas rolantes ao hall inferior de embarque separado por envidraçamento do cais propriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus na saída a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial, — despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nessa extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso térreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas dos pedestres, uma frente ao teatro da Ópera e outra, simetricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sobre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão, para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios (fig. 8).

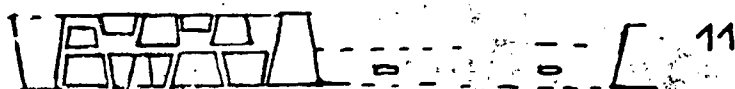


10

A-B

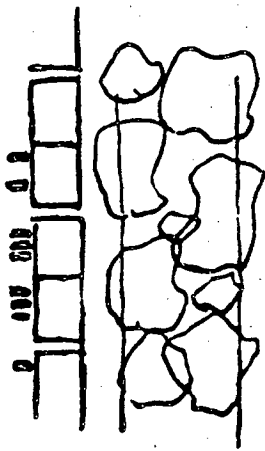
PEDESTRES

12



11

11. Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio — lojas e "magazins", e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento (fig. 8), e dispõem de autoportos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contôrnio permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.



12. O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos "studios" e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura (fig. 12). De um lado o estádio e mais dependências tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro o hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico, constituindo estas duas imensas áreas verdes, simetricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que os pulmões da nova cidade.

13. Na Praça Municipal, instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

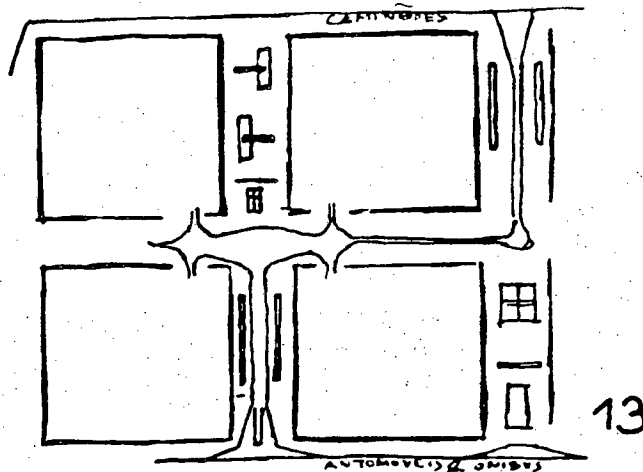
14. Acima do setor municipal foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra, os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

15. Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo dito monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado (fig. 9), desde a praça do Governo até à praça Municipal, não exclui a variedade, e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo plásticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo do desempenho arquitetônico de cada setor na harmoniosa integração urbanística do todo.

16. Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla

ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem (fig. 13). Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.

Dentro destas "super-quadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra (fig. 8).

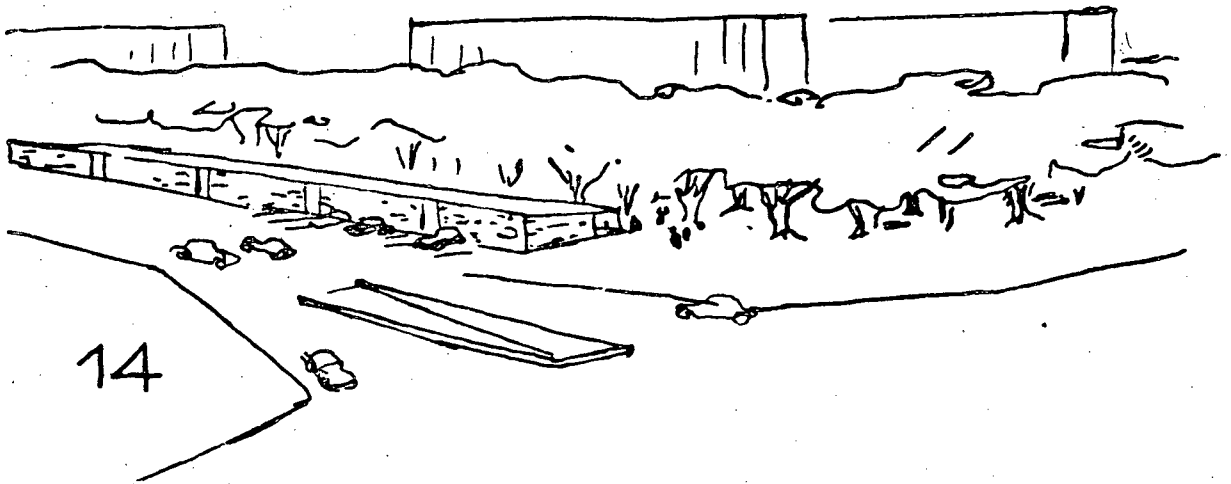


Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso, etc., e reservando-se uma faixa de terreno, equivalente a uma terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza (fig. 13).

O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens, etc., na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabeleireiros, modistas, confeitarias, etc., na primeira seção da faixa de acesso privativa dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só (fig. 14).

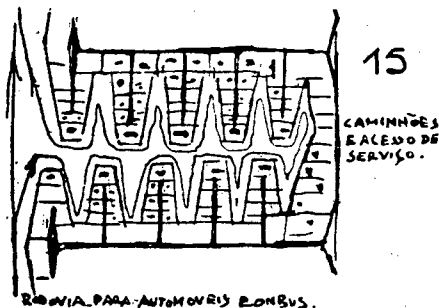
Na confluência das quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude com campo de jogos e recreio.

17. A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alameda de acesso autônomo e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alameda, por assim



dizer privativa do bairro das embaixadas e legações, prevê-se edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.

18. Previram-se igualmente setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira, para que as casas construídas nos lotes de topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras, disposição que ainda permite acesso autônomo de serviço para todos os lotes (fig. 15). E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se porém como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional de tais concessões.



19. Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20. Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água. O Clube de Golf situou-se na extremidade leste, contíguo à Residência e ao hotel, ambos em construção, e o Yacht Clube na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada nesse trecho pela alameda de contorno que intermitentemente se desprende da sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro

cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se, ainda, a localização do aeroporto definitivo na área interna da represa, a fim de evitar-lhe a travessia ou contômo.

21. Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades *Norte* e *Sul*; as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e finalmente o número do apartamento na forma usual, assim, por exemplo, N-Q3-L ap. 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acordo com a norma.

22. Resta o problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez da venda de lotes, a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo também que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto, no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fossem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processe em duas etapas — anteprojecto e projeto definitivo —, no intuito de permitir seleção prévia e melhor controle da qualidade das construções.

Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancário e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em sub-setores e unidades autônomas, sem prejuízo da integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou ainda, conjuntamente.

23. Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamentos, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que poderá ser construída por partes, — primeiro as faixas centrais com um trêvo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária; de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arquitetural do Patriarca.

BRASÍLIA HOJE

Brasília foi construída em meio a um imenso planalto recortado por rios que se encaminham às bacias do Amazonas e do Prata, ao longo dos quais se estendem estreitas galerias de mata. O comum da vegetação é o chamado "cerrado", tipo savana, em que predominam as pastagens naturais e uma flora de pequena estatura, adaptada às condições de baixo grau hidrométrico.

A área do Distrito Federal é de quase 6 000 km.² e se situa entre os paralelos 15° 30' e 16° 30', numa altitude média de 1 100 metros sobre o nível do mar.

O clima é temperado, marcadamente seco e ameno, com temperaturas que variam entre 18 e 20° centígrados.

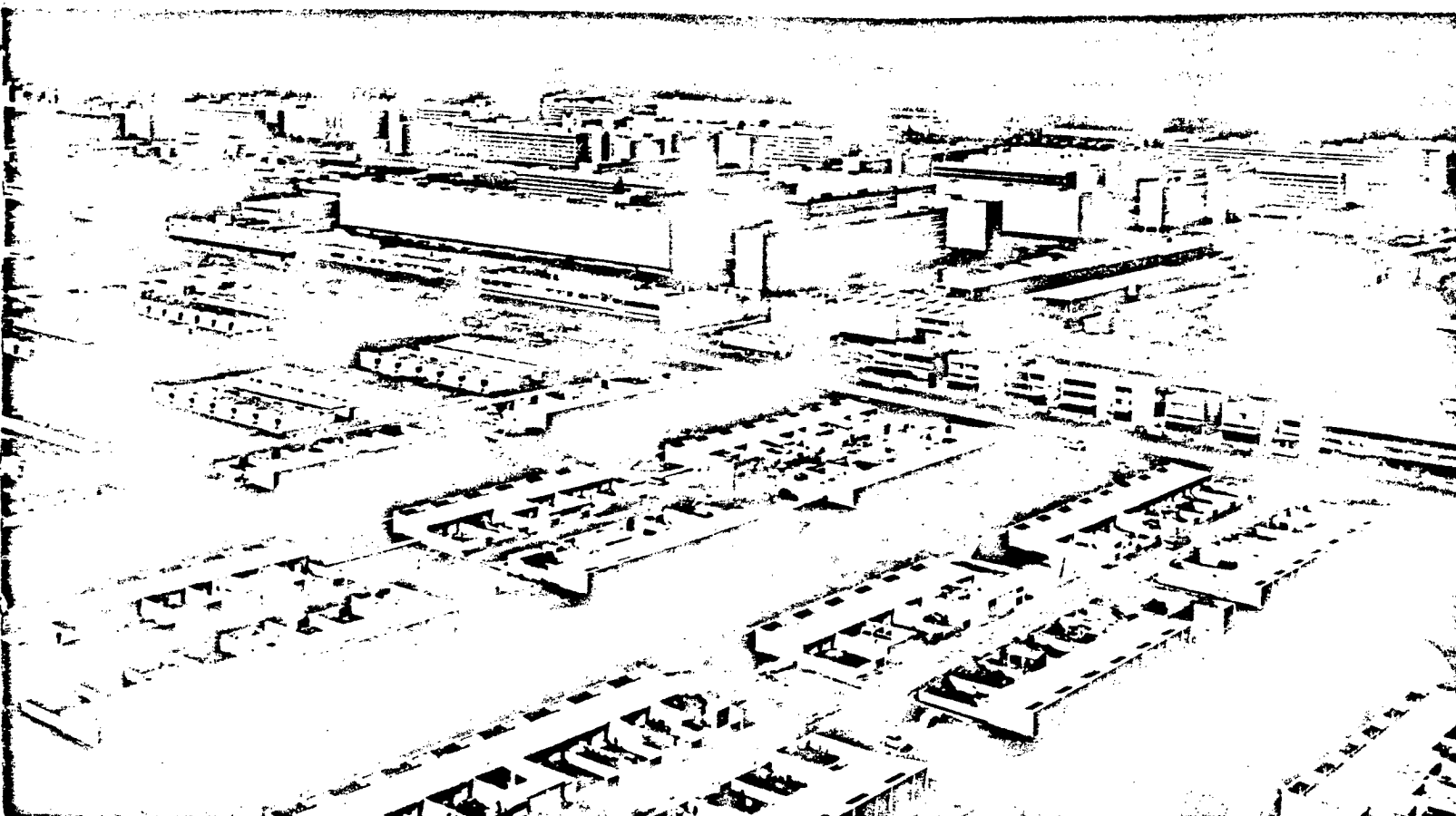
O censo demográfico realizado em setembro de 1960 revelou a presença de 141.742 pessoas no Distrito Federal, mas sua população é hoje avaliada em mais de 200.000 habitantes, um

quinto da qual vivendo no Plano Piloto e o restante em cidades satélites e na zona rural.

Tôda a estrutura básica do Plano Piloto de Lúcio Costa, tanto no Eixo Monumental, como no Rodoviário, está concluída, bem como os palácios, os ministérios e a maior parte das sedes dos órgãos públicos, moldados pela linha bela, audaciosa e inconfundível de Oscar Niemeyer.

Ao longo das duas asas distribuem-se milhares de apartamentos e casas, ordenados não nos arruamentos tradicionais das cidades que até agora se conhecem, mas na composição infinitamente mais rica das Super-Quadras planejadas por Lúcio Costa e que constituem, seguramente, uma das criações mais originais do plano urbanístico de Brasília.

Colocada no centro do país, Brasília se comunica com as capitais de todos os Estados em 2 e no máximo 3 horas de voo, e com todos os Estados da Federação, por meio de estradas rodoviárias, algumas asfaltadas.





Após sancionar a Lei n.º 3.998, o Dr. João Goulart, Presidente da República, fala sobre a missão da Universidade de Brasília. Ao lado de Sua Excelência, o Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura e o Embaixador, o Prefeito do Distrito Federal.



Flagrante da primeira reunião realizada, em janeiro do corrente ano, pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. Da esquerda para a direita: Frei Mateus Rocha, Hermes Lima, Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro, Alcides da Rocha Miranda, Antsio Teixeira e Darcy Ribeiro.



LEI N.º 3 998

DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade de Brasília, uma Fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 2.º A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar.

Art. 3.º A Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 4.º O Patrimônio da Fundação será constituído:

a) pela dotação de Cr\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros) a que se refere o art. 18 e pelas rendas das ações ordinárias nominativas da Companhia Siderúrgica Nacional pertencentes à União;

b) pelos terrenos destinados, no Plano Piloto, à construção de uma Universidade em Brasília;

c) pelas obras de urbanização e de instalação de serviços públicos na área da Cidade Universitária, a serem construídos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, sem indenização, nas condições do art. 17, da Lei n.º 2.874, de 10 de novembro de 1956;

d) pelos edifícios necessários à instalação e funcionamento da administração, da biblioteca central, da estação radiodifusora, do Departamento Editorial, do Centro Recreativo e Cultural a serem construídos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital nas condições da alínea anterior;

e) pelos terrenos das 12 (doze) superquadras urbanas em Brasília, que lhe serão doados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital;

f) pela metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, que serão aplicados na instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília;

g) pela dotação de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), na forma do art. 19, destinados a constituir um fundo rotativo para edição de obras científicas, técnicas e culturais, de nível universitário, pela Editora Universidade de Brasília;

h) pelas doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, pelo Distrito Federal e por entidades públicas ou particulares.

§ 1.º Os bens e direitos da Fundação serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, podendo para tal fim ser

alienados, com exceção dos mencionados nas alíneas b, c e d.

§ 2.º No caso de extinguir-se a Fundação, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

Art. 5.º O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos de instituição da Fundação.

Parágrafo único. Esses atos compreenderão os que se tornarem necessários à integração no patrimônio da Fundação dos bens e direitos a que se referem as alíneas a, b, c, e, f, g e h do art. 4.º e a respectiva avaliação.

Art. 6.º Para manutenção da Fundação, o orçamento federal consignará anualmente, recursos, sob a forma de dotação global.

Art. 7.º A Fundação será administrada por um Conselho Diretor, composto por 6 (seis) membros e 2 (dois) suplentes escolhidos, uns e outros, entre pessoas de ilibada reputação e notória competência e se renovará, cada 2 (dois) anos, pela sua metade.

§ 1.º O Conselho Diretor elegerá o seu Presidente.

§ 2.º O Presidente do Conselho Diretor exercerá as funções de Presidente da Fundação e terá o título de Reitor da Universidade.

Art. 8.º Os membros do Conselho Diretor exercerão mandato por 4 (quatro) anos podendo ser reconduzidos.

§ 1.º Os membros e suplentes do primeiro Conselho Diretor serão designados por livre escolha do Presidente da República, sendo a metade para período de 4 (quatro) anos e a outra metade para período de 2 (dois) anos.

§ 2.º A renovação do Conselho far-se-á por escolha e nomeação do Presidente da República entre os nomes de uma lista triplíce apresentada, para cada vaga, pelo Conselho Diretor.

Art. 9.º A Universidade será uma unidade orgânica integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por Faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I — Aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;

b) formar pesquisadores e especialistas;

c) dar cursos de pós-graduação e realizar pesquisas e estudos nas respectivas especialidades.

II — Às Faculdades, na sua esfera de competência:

a) ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;

b) ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;

c) realizar pesquisas e estudos nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Art. 10.º A Universidade de Brasília empenhar-se-á nos estudos dos problemas relacionados com o desen-

volvimento econômico, social e cultural do país e, na medida de sua possibilidade, na colaboração às entidades públicas e privadas que o solicitarem.

Art. 11.º A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes e as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência serão organizadas e definidas em Estatutos a serem elaborados pelo Conselho Diretor e aprovados por decreto do Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 12.º O Conselho Diretor elegerá livremente o Vice-Reitor, que terá funções executivas e didáticas definidas nos Estatutos da Universidade, devendo sua escolha recair em pessoa de ilibada reputação e notória competência.

Art. 13.º A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos.

Art. 14.º Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo e no art. 15.

Parágrafo único. Para que seus diplomados profissionais possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titulares, deverão ser observados, pela Universidade de Brasília, os seguintes princípios:

1. a duração de seus cursos profissionais, incluindo a dos correspondentes cursos básicos, ministrados pelos Institutos Centrais, não poderá ser inferior ao padrão mínimo, instituído pela legislação geral;

2. não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados, que qualquer delas possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

3. não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, mas poderão ser abolidas quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem, indiretamente, em dispensa de frequência.

Art. 15.º Os Estatutos da Universidade organizarão a carreira do magistério, escalonando os diversos cargos e os graus universitários correspondentes, observando, quanto ao provimento efetivo das cátedras, o concurso de Títulos e Provas.

Art. 16.º Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 11.

Parágrafo único. O Conselho Diretor será assistido, até a instalação dos órgãos deliberativos e consultivos da Universidade, por tantos coordena-

dores quantos forem os institutos e faculdades em fase de criação, sendo tais coordenadores designados pelo Reitor com aprovação prévia do Conselho Diretor.

Art. 17.º Os contratos do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela Legislação do Trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal do serviço público e das autarquias.

§ 1.º O quadro do pessoal docente técnico e administrativo da Fundação e da Universidade será fixado pelo Conselho Diretor e admitido com aprovação deste, pelo Reitor, não podendo ser alterado numericamente, dentro do prazo para o qual foi organizado.

§ 2.º Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido sem que preceda a instalação do respectivo serviço.

Art. 18.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros), destinado a custear a construção dos edifícios da Universidade de Brasília.

Art. 19.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), à verba que especifica — Verba 3, Serviços e encargos — Auxílios, Contribuições e Subvenções — Subvenções Fundação Universidade de Brasília, Dotação para Constituir um fundo rotativo da Editora Universidade de Brasília.

Art. 20.º A Fundação Universidade de Brasília poderá importar livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite, ficando assegurada cobertura cambial prioritária e automática à taxa mais favorável de câmbio.

Art. 21.º É assegurada à Fundação Universidade de Brasília isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas alfandegárias, exceto a de previdência social, bem como franquia postal-telegráfica.

Art. 22.º Mediante termo lavrado no Ministério da Fazenda, serão transferidos para a Fundação Universidade de Brasília as rendas do corrente ano das ações referidas no art. 4.º.

Art. 23.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1961; 140.ª da Independência e 73.ª da República.

JOÃO GOULART

Tancredo Neves

Walther Moreira Salles

Antônio de Oliveira Brito

Patrimônio da Fundação Universidade de Brasília

Com o propósito de dotar a *Fundação Universidade de Brasília* das condições indispensáveis para o cumprimento de sua alta missão, os poderes públicos lhe asseguraram, além de recursos orçamentários anuais, para cobrir as despesas de manutenção, um patrimônio ponderável, destinado a garantir-lhe o máximo de autonomia financeira na fixação de seu programa de implantação e de expansão.

Dentre os bens e direitos assegurados na Lei n.º 3.998, de 15-12-61, e em outros atos do Poder Público, destacam-se os seguintes:

<i>Recursos Financeiros</i>	Cr\$
1) Dotação em dinheiro para custear a construção dos edifícios.....	1.000.000.000,00
2) As rendas anuais da Cia. Siderúrgica Nacional pertencentes à União, a partir de 1961, avaliadas em.....	400.000.000,00
3) Fundo rotativo da Editora Universidade de Brasília.....	50.000.000,00
4) Metade dos lucros anuais da Rádio Nacional, destinada a custear a instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília, avaliada em.....	25.000.000,00
 <i>Bens Patrimoniais</i>	
1) Uma área de 257 hectares no Plano Piloto, destinada ao <i>campus</i> da Universidade, no valor nominal de.....	2.576.532.000,00
2) Uma área de 4.000 hectares, situada na Vargem Bonita, a 20 quilômetros da cidade, destinada à instalação da Faculdade de Ciências Agrárias e aos Centros de Pesquisa e Experimentação da Teconologia do Cerrado, avaliada em.....	600.000.000,00
3) Os terrenos das 12 Super-Quadras Urbanas, a saber: ns. 107 - 108 - 109 - 110 - 205 - 206 - 207 - 208 - 307 - 308 - 309 - 310, situadas na Asa Norte da cidade e destinadas à venda.....	888.000.000,00

A lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília assegurou-lhe também o direito de importar livremente, com isenção de impostos e taxas alfandegárias, as publicações e os materiais didáticos de qualquer natureza de que necessite (Art. 20). Garantiu-lhe ainda a isenção de quaisquer impostos, direitos e taxas, bem como franquias postal e telegráfica.

O PLANO ORIENTADOR EM DESENVOLVIMENTO

Diagnóstico do ensino superior no Brasil

Ao apreciar a Mensagem que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira encaminhou ao Congresso Nacional, no dia da inauguração de Brasília, solicitando autorização para instituir a Universidade de Brasília, o senador Jarbas Maranhão procedeu a uma análise acurada da situação do ensino superior no Brasil, da qual reproduzimos alguns tópicos.

1. Contamos com mais de 400 escolas superiores, porém, apenas 40 delas têm mais de 500 alunos e, no conjunto, oferecem um número tão exíguo de oportunidades de ingresso nos seus cursos (30.000), que a proporção de estudantes universitários sobre a população é, no Brasil, quatro vezes menor que na Argentina e 20 vezes menor que nos Estados Unidos da América do Norte.

2. Nossas Universidades federais e particulares já somam mais de três dezenas, número que, à base dos padrões internacionais, pareceria suficiente para formar os altos escalões profissionais, técnicos, científicos e humanísticos que o desenvolvimento nacional requer, mas apenas uma quarta parte delas conta com o mínimo de equipamento didático e de pessoal docente qualificado, indispensável para o exercício de suas funções.

3. A expansão das matrículas no ensino superior, na última década, fez-se, principalmente, pelo crescimento do número de estudantes de carreiras acadêmicas quando, no mesmo período, os progressos alcançados no processo de industrialização, impondo uma técnica crescente das atividades produtivas e dos serviços, passaram a exigir contingentes cada vez maiores de técnicos altamente qualificados, estabelecendo-se, deste modo, uma grave defasagem entre os requisitos básicos do desenvolvimento e a organização do ensino superior.

4. Anualmente, mais de 25.000 jovens concorrem, nos exames vestibulares, a cerca de 5.000 vagas abertas pelas escolas de Medicina e Engenharia, vendo frustradas suas esperanças de ingresso, menos pelo despreparo básico para acompanhar os cursos do que pela estreiteza dos *números-clausus* de vagas iniciais postas em concurso pelas escolas. Acresce que quase todo o aumento do número de vagas para essas profissões se fez pela criação de novas escolas que funcionam nas condições mais precárias, em virtude da política de estagnação e até mesmo da redução deliberada do número de vagas, defendida pelos estabelecimentos mais antigos, dotados de melhor equipamento e que contam com magistério mais experimentado.

5. Para uma população de 70 milhões de habitantes, que cresce no ritmo de 3,1% ao ano, estamos formando, anualmente, cerca de 1.500 médicos. Isto equivale a condenar o povo brasileiro a não beneficiar-se da medicina moderna, permanecendo atado às práticas tradicionais e entregue a charlatães e curandeiros, em virtude da disparidade gritante entre o número de médicos disponíveis e a multidão de clientes carecentes de seus serviços profissionais.

6. Provavelmente, ainda mais grave é o caso da Engenharia que, graduando anualmente menos de 2.000 profissionais das várias especializações tecnológicas, está ameaçando de levar a um colapso o processo de industrialização, por falta de técnicos capazes de manter o ritmo de expansão alcançado por nosso parque fabril e de promover a exploração dos recursos naturais do país, de modo a oferecer mais amplas oportunidades de emprego e de renda à população.

Como se vê, a expansão desordenada do nosso sistema de ensino superior o conduziu a uma situação de crise caracterizada pelo seu duplo malôgro:

- a) em formar as modalidades de profissionais, das qualificações e nas quantidades necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico do país;
- b) em acompanhar os progressos da ciência e da tecnologia em seus avanços prodigiosos, de modo a colocar todo o saber moderno a serviço do nosso desenvolvimento.

Obviamente, a solução destes problemas não se encontra na multiplicação de escolas precárias, como se tem feito até agora, mas em medidas capazes de incentivar a reforma da nossa organização universitária reconhecida obsoleta; de libertar o ensino superior das peias burocráticas que tolhem seu desenvolvimento, com base numa legislação copiosa, contraditória e rígida, que desestimula qualquer criatividade; de propiciar às escolas o necessário equipamento didático e condições de melhor utilizá-lo e de levar a efeito um plano nacional de aperfeiçoamento de pessoal docente de nível superior.

Só através de um programa dessa ordem poderemos reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos países plenamente desenvolvidos pelo domínio daquele elemento essencial em que basearam seu progresso: a capacidade de formar grandes contingentes de mão-de-obra altamente qualificada.

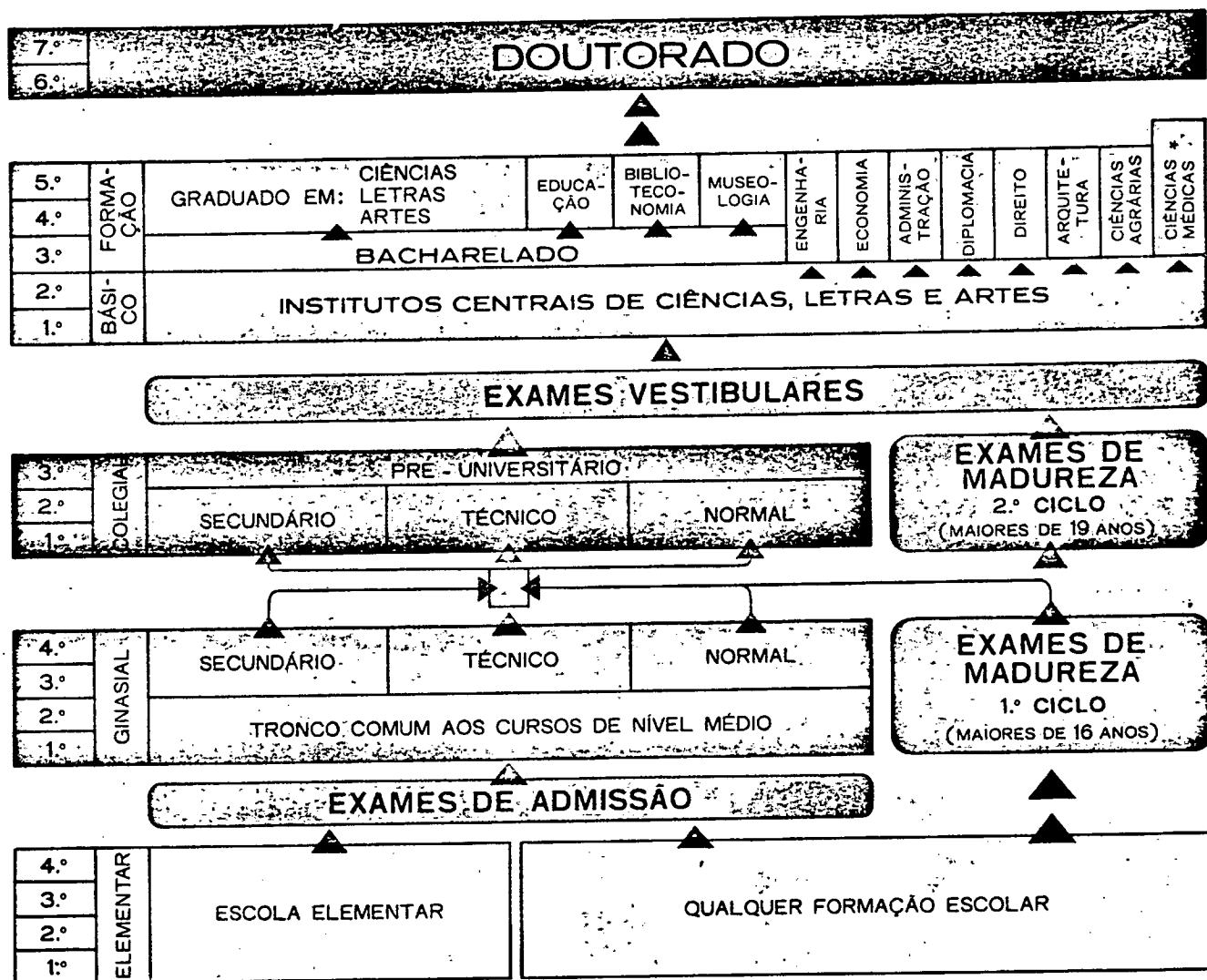
À luz desta análise é que se deve apreciar o projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que autoriza a instituição de uma Fundação, destinada a criar e manter a Universidade de Brasília.

É de assinalar que esse projeto constituiu o único ato firmado pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no dia da inauguração de Brasília, num esforço para assi-

nalar a extraordinária significação que desejava atribuir à iniciativa. Efetivamente, seria inconcebível que se projetasse e executasse uma cidade-capital, destinada a presidir o processo de ocupação dos grandes vãos demográficos interiores e a intensificar a unidade nacional, sem dotá-la de um núcleo cultural capaz de assegurar-lhe a categoria intelectual indispensável para interagir com outros centros urbanos do país e para exercer uma função integradora. A este núcleo cultural não poderia faltar uma Universidade, porque somente esta — cobrindo todos os ramos do saber, através das formas mais nobres de domínio que são o estudo, a pesquisa, o ensino e a divulgação — será capaz de dar a Brasília a autonomia cultural que deve ter a capital da República.

ESCADA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Vias de acesso à Universidade de Brasília



Universidade e desenvolvimento

Muitos fatores recomendam a criação em Brasília de uma universidade de tipo novo para o Brasil, mas já tradicional nos países plenamente desenvolvidos e tida pelos mesmos como um dos principais motores do seu progresso social, material e cultural.

As nações que representaram um papel pioneiro na revolução industrial experimentam, em certa medida, um progresso científico e cultural reflexo de seu enriquecimento material. Elas mesmas, porém, desde cedo procuraram intervir no processo e hoje se empenham numa competição de base mundial para criar um corpo de cientistas e tecnólogos tão amplo e diversificado quanto o permitam seus recursos, pois estão certas de que o poder de uma nação se mede principalmente pelo vulto de suas disponibilidades neste campo.

Países como o Brasil, que tendo-se atrasado neste processo procuram encaminhar-se, agora, para a industrialização e já se compenetraram de que só a atingirão através do planejamento, não podem esperar que o saber e a técnica, de que necessitam, surjam como meros efeitos do progresso material, por ação espontânea. Tal atitude equivaleria à aceitação tácita de uma condição de atraso e dependência que jamais poderíamos superar. Assim como planejamos a instalação de usinas e de fábricas que nos virão assegurar autonomia na produção das condições materiais de sobrevivência, teremos de criar planejadamente universidades e instituições de pesquisa que nos não de assegurar independência no plano científico e cultural.

É notório que, por força do próprio desenvolvimento econômico que já alcançamos, veremos, paradoxalmente, aumentar a nossa dependência técnica e científica em relação aos núcleos que nos exportam os equipamentos e os procedimentos através dos quais estamos produzindo. Tais elementos constituem, sabidamente, subprodutos de um corpo de saber científico e tecnológico que não pode ser importado com as máquinas, mas deve ser orgânicamente desenvolvido em cada país que almeje plena independência. Não se trata apenas de economizar *royalties* ou as despesas com assistência técnica, mas de incorporar ao nosso processo de desenvolvimento o único elemento capaz de ace-

lerar seu ritmo e de assegurar-nos condições de progresso independente e ajustado às condições nacionais. Este é um imperativo inelutável para uma nação que almeja assegurar à sua população o domínio e a utilização dos avanços da tecnologia moderna e coexistir independente entre as grandes potências do mundo. Para tanto precisaremos alcançar e um dia superar a proporção entre tecnólogos e trabalhadores que elas já atingiram, como condição fundamental para vencer a defasagem entre o progresso que alcançaram e o nosso atraso.

Nas condições presentes, só uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis, poderá abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior.

O modelo que se recomenda nada tem de inovador já que constitui a estrutura universitária usual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia, em todos os países desenvolvidos. A renovação do ensino superior na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Rússia, se fez ao integrarem-se nos seus cursos universitários a ciência moderna e a tecnologia e processou-se por um caminho que ainda hoje se recomenda ao Brasil. Somos, talvez, o único país que ainda pretende formar cientistas e tecnólogos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica.

Há poucos anos, este atraso não tinha grande relevância, porque a tarefa dos nossos estabelecimentos de ensino superior era qualificar socialmente, através da diplomação, uns poucos doutores para o exercício de uma medicina só acessível às camadas mais abonadas ou de uma engenharia destinada à construção de casas senhoriais ou de umas tantas obras públicas.

As tarefas da produção recaíam, inteiramente, nos seus executores mais imediatos: sobre o lavrador que cultivava algodão e café, o vaqueiro que cuidava dos rebanhos, o garimpeiro que bateava ouro ou pedras preciosas, o seringueiro que colhia borracha. Filho de fazendeiro, de criador, de seringalista ia à escola para se fazer doutor. A pro-

dução não era tarefa de doutôres, não exigia saber técnico nem qualificação profissional. Por isto, em parte, fomos superados em tantos ramos da produção, cada vez que outro país decidia entrar em competição conosco. Quando técnicos eram exigidos para instalar ou movimentar uma usina, uma fábrica, para construir uma rodovia ou explorar uma jazida, tratava-se de importá-los juntamente com a maquinaria e as normas de procedimento.

Ao ingressar na era tecnológica, a ciência e a técnica passaram a constituir para nós, também, ingredientes fundamentais dos processos produtivos e o seu domínio um imperativo da autonomia nacional. Se fracassarmos neste desafio, justamente no momento em que nos tornamos independentes sob tantos títulos, ver-nô-emos novamente subordinados. Já não dependemos da importação de automóveis, geladeiras e televisores, mas estamos cada vez mais atados à técnica que os produziu e os aperfeiçoa incessantemente.

Só seremos realmente autônomos quando a renovação das fábricas aqui instaladas se fizer pela nossa técnica, segundo procedimentos surgidos do estudo de nossas matérias-primas e das nossas condições peculiares de produção e de consumo. Só por este caminho poderemos acelerar o ritmo de incremento de nossa produção, de modo a reduzir e, um dia, anular a distância que nos separa dos

países tecnologicamente desenvolvidos e que se apartam cada vez mais de nós pelos feitos de seus cientistas e técnicos.

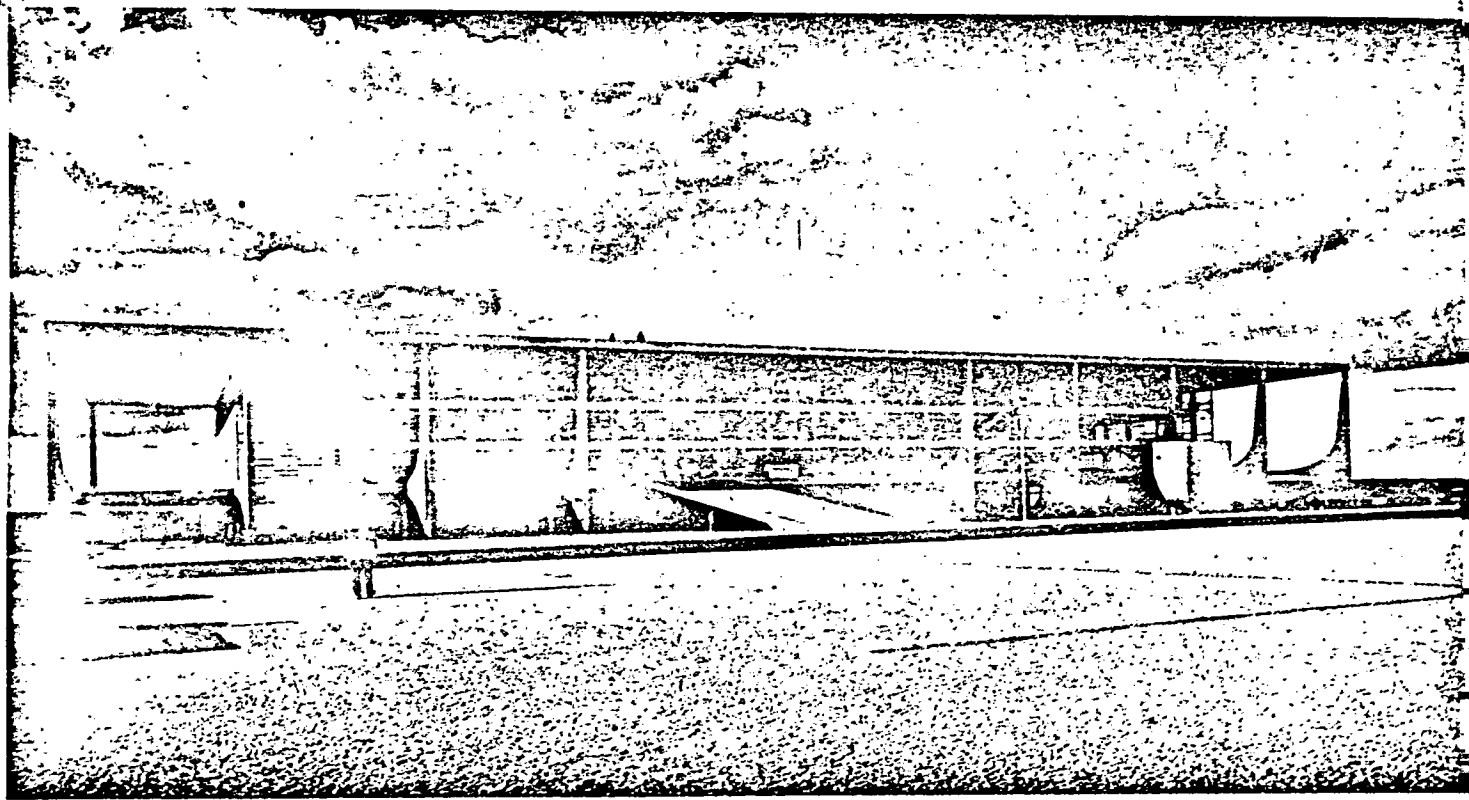
A reforma do ensino superior, para ajustá-lo às exigências da formação de tecnólogos é, pois, um imperativo a que não podemos fugir. A oportunidade para iniciar, na prática, esta reforma, foi criada com a mudança da sede do Governo Federal para uma cidade especialmente edificada para recebê-lo, a que não pode faltar um centro cultural e científico.

Planejada à luz destas preocupações, a Universidade de Brasília será estruturada de modo a tornar-se capaz de:

- a) formar cidadãos responsáveis, empenhados na procura de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta pelo desenvolvimento;
- b) preparar especialistas altamente qualificados em todos os ramos do saber, capazes de promover o progresso social pela aplicação dos recursos da técnica e da ciência.
- c) reunir e formar cientistas, pesquisadores e artistas e lhes assegurar os necessários meios materiais e as indispensáveis condições de autonomia e de liberdade para se devotarem à ampliação do conhecimento e à sua aplicação a serviço do homem.



Jovens, que terminaram o curso secundário, se inscrevem aos exames vestibulares da Universidade de Brasília, aos quais se apresentaram mais de mil candidatos.

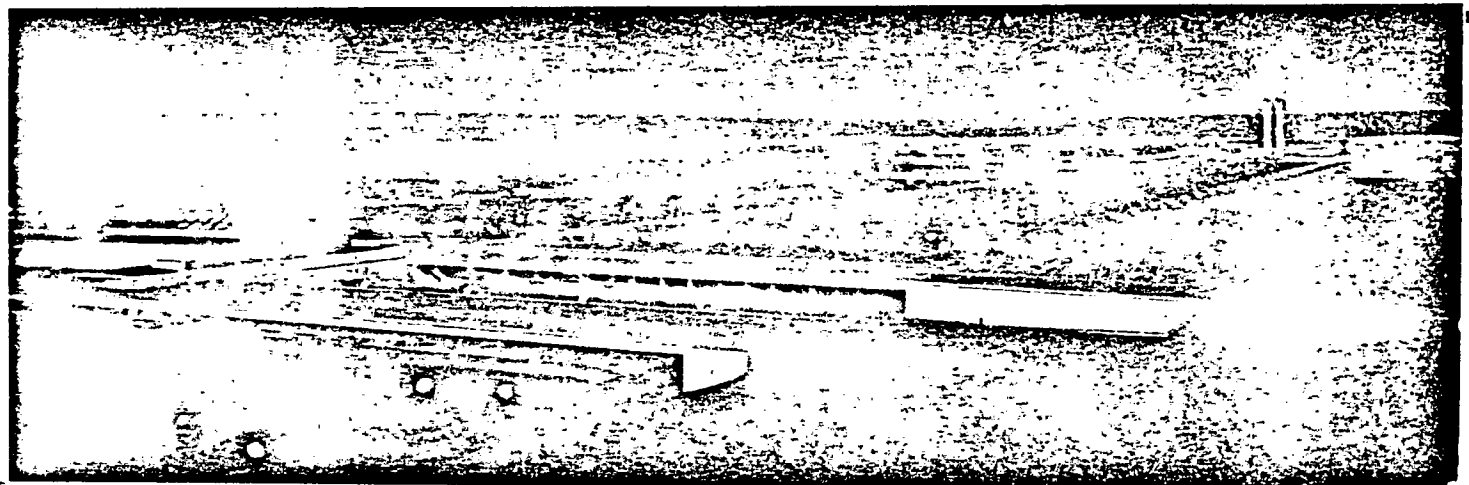


PALÁCIO DO PLANALTO

*"E espero que Brasília
seja uma cidade de homens felizes;
homens que sintam a vida
em tôda a sua plenitude,
em tôda a sua fragilidade;
homens que compreendam o valor
das coisas simples e puras
— um gesto, uma palavra de afeto e solidariedade".*

OSCAR NIEMEYER

A ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS À NOITE



"Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país."

LUCIO COSTA

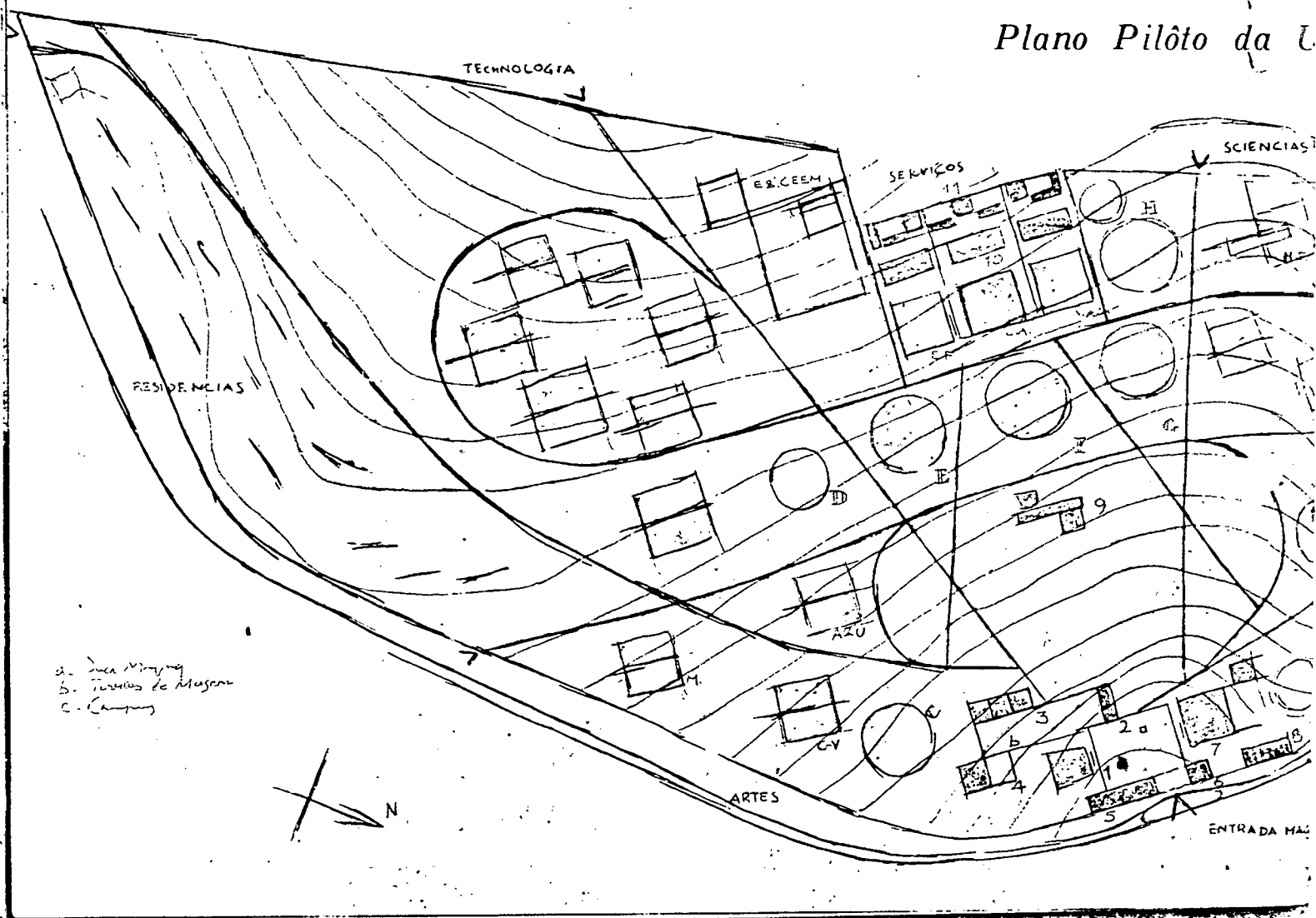
O *campus* da Universidade de Brasília foi situado por Lúcio Costa entre a Asa Norte e o Lago, numa área de 257 hectares, correspondente à zona destinada, na Asa Sul, à sede das Embaixadas. É circundada por uma larga estrada que corre ao longo do Lago — a Via da Universidade — no meio da qual se encontra a Praça Maior onde se concentram os edifícios de interesse comum à Universidade e à cidade.

Tôda a área é cortada por estradas, predominantemente curvas, que pela suavidade contrastam nitidamente com as linhas hieráticas do

conjunto monumental da cidade. Estas vias conformam, bem ao meio do *campus*, uma vasta área gramada em torno da qual se situarão os edifícios dos Institutos Centrais. Daí, conjugadamente com cada tipo de Instituto, partem as zonas destinadas às Faculdades com os mesmos relacionadas, formando junto do Instituto de Artes o núcleo de Arquitetura e Urbanismo. Em seguimento aos Institutos de Matemática, Física e Química, as diversas escolas de engenharia da Faculdade de Tecnologia; próximo ao Instituto de Biologia, o setor de Ciências Médicas, e, finalmente, junto aos Institutos de Ciências Humanas e Letras, as diversas Faculdades do campo das humanidades.

Uma área especial foi destinada aos serviços gerais, de restaurante, lavanderias, comércio, etc. Entre esse conjunto e o Estádio Universitário,

Plano Pilôto da U



situado num dos extremos do *campus*, se localiza a área de residência de estudantes e professores. Do lado oposto, entre duas avenidas paralelas, se dispõem, em diversas faixas separadas por muros de árvores, tôdas abertas para o Lago, as Casas Nacionais da Língua e da Cultura, formando um bairro à parte.

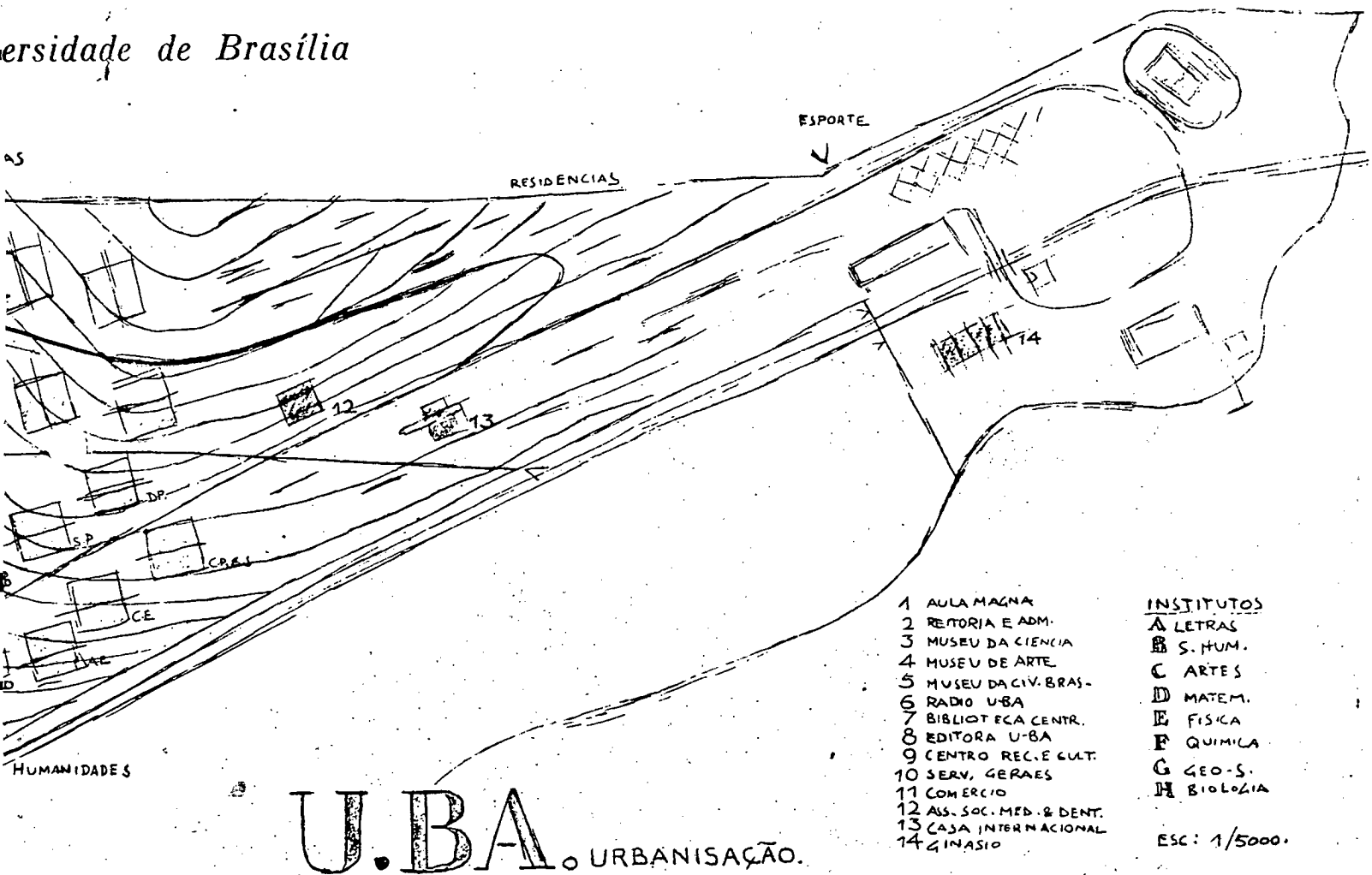
Da Asa Norte, onde no futuro deverão viver cêrca de 300 mil habitantes, partem vias de acesso para a Faculdade de Educação, cujas escolas experimentais de nível primário e médio servirão aos moradores vizinhos. Um acesso especial, partindo do Eixo Rodoviário, vai ter ao Hospital-Escola, de modo a permitir que tôda a população possa atingi-lo rãpidamente.

Um dos característicos mais nobres do plano de Lúcio Costa para a Universidade de Brasília é de deixar livre todo o conjunto dos terrenos

como um vasto parque aberto à população e que será tratado, paisagisticamente, com o cuidado de preservar a beleza da vegetação original, enriquecendo-a através do destaque de cada gênero florístico, mediante sua concentração em uma área especial.

Para obter êsse efeito, cada conjunto de Faculdades, Institutos ou Serviços Complementares será confinado numa quadra bem definida e perfeitamente urbanizada, à qual se tem acesso a partir das vias principais. Dentro das quadras assim conformadas, serão compostos os diversos edifícios alternadamente com jardins, de modo que cada unidade adquira expressão própria e autônoma, dando aos que nela trabalham o sentimento de que vivem numa comunidade ordenada, mas permitindo que ao sair reencontrem no parque geral a paisagem agreste do cerrado.

Universidade de Brasília



Por quê criar uma universidade em Brasília?

A resposta a esta questão deveria ser óbvia, em face do número de universidades inviáveis com que contamos, a reclamar recuperação ou mesmo fusão que as torne capazes de funcionar adequadamente.

Seria igualmente óbvia se considerássemos as dificuldades com que se defrontam nossas principais universidades para concluir seus programas de obras, equipar seus laboratórios, enriquecer e atualizar o acervo de suas bibliotecas, aperfeiçoar seu pessoal docente e proceder às reformas estruturais reclamadas, há tantos anos, por seus professores e alunos.

A realidade, porém, nos colocava diante de um problema diferente. Não se tratava de saber se convinha ou não criar mais uma universidade, nem de examinar a capacidade de recuperação das nossas escolas superiores, mas de reconhecer que, construindo-se uma cidade no centro do país e nela instalando o Governo da República, tornara-se inevitável a instituição de um núcleo cultural a que não pode faltar uma universidade.

Nestas circunstâncias, a área de opção era bem estreita. Tratava-se de escolher entre deixar que surgisse em Brasília, espontaneamente, uma série de escolas superiores precárias, como as que se vêm multiplicando por todo o país e que em breve se aglutinariam em mais uma universidade inviável, ou aproveitar a oportunidade para, com os mesmos recursos, provávelmente até com maior economia, dotar o país de uma universidade moderna, estruturada nos moldes que vêm sendo recomendados, há tantos anos, pelos nossos mais capazes professores e pesquisadores.

Acresce ainda que os diversos órgãos do poder público, transferidos para uma cidade artificial, necessitam da assistência de centros culturais e científicos que só uma universidade pode prover. Quando estes órgãos se encontravam no Rio de Janeiro, cidade dotada de tradição cultural própria e servida por grande variedade de instituições científicas, tal assessoramento se processava quase espontaneamente. Especialistas de todos os campos do saber podiam ser chamados a pronunciar-se sobre cada problema, em todas as fases da formulação de soluções por parte do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Com a transferência da capital para uma cidade nova, vêem-se os poderes públicos diante do grave risco de perderem este assessoramento intelectual e científico.

É certo que a nova capital manterá necessariamente estreitos vínculos com os principais centros culturais do país. Mas não poderá depender exclusivamente deles e, sobretudo, não será capaz de compreendê-los, de utilizá-los e de estimular-lhes o desenvolvimento se não constituir-se, ela própria, em centro cultural autônomo, à altura dos melhores.

Aliam-se, pois, um imperativo inelutável e uma necessidade prática para recomendarem a criação, em Brasília, de uma universidade projetada nas mesmas bases dos centros de ensino e de pesquisa que estão revolucionando o mundo moderno.

Nestes termos é que foi pensada a Universidade de Brasília. Suas funções básicas serão:

- ▶ Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.
- ▶ Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.
- ▶ Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, através da criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.
- ▶ Assegurar a Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir um caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.
- ▶ Garantir à nova Capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para enriquecer o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.
- ▶ Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.
- ▶ Dar à população de Brasília uma perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo.

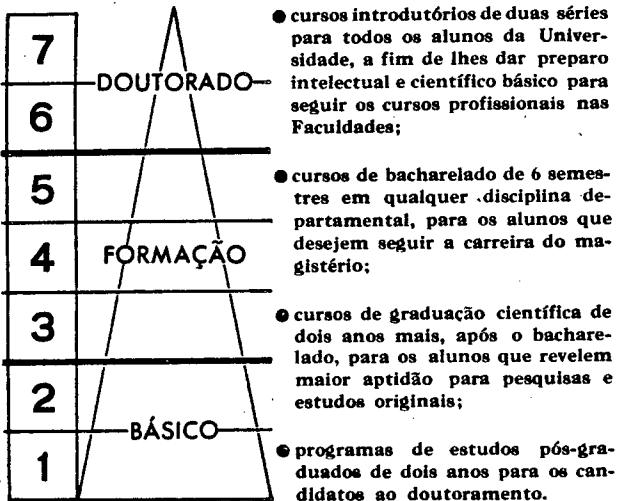
Conjugam-se, pois, vários fatores para ensejar a instituição, no Brasil, de uma universidade moderna, defendida dos principais percalços com que lutam as já existentes, porque planejada à base da experiência dos erros e acertos destas:

Nenhuma dessas funções poderia ser exercida por uma universidade do tipo tradicional. Se tais universidades não conseguem funcionar de modo adequado, mesmo nos principais centros culturais tradicionais, numa cidade artificial e nova, sua réplica estaria condenada a uma mediocridade ainda maior.

Estrutura da Universidade de Brasília

A organização da Universidade de Brasília se baseia na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os Órgãos Complementares.

Aos Institutos Centrais compete ministrar:



Funcionário, portanto, em quatro níveis: o *básico* (4 semestres), que pode estender-se até o *bacharelado* (6 semestres), o de *formação especializada* (10 semestres) e o de *pós-graduação* (14 semestres), ao nível de *doutoramento*.

As Faculdades receberão, pois, alunos já preparados pelos cursos introdutórios e ministrar-lhes-ão treinamento especializado tendo em vista o exercício de uma profissão.

A diplomação nas carreiras tradicionais far-se-á após cursos que, somados ao dos Institutos, perfaçam o mínimo de anos de estudo exigido pela legislação do ensino para cada tipo de formação superior.

A Universidade deverá contar, inicialmente, com oito Institutos Centrais, a saber: Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes, que poderão ser desdobrados mais tarde. Cada um deles se dividirá em Departamentos. Estes constituirão as unidades básicas da Universidade onde se reunirão os professores coletivamente responsáveis pelas atividades de ensino e de pesquisa em cada especialidade.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTOS CENTRAIS

MATEMÁTICA	FÍSICA	QUÍMICA	GEO-CIÊNCIAS	BIOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	LETRAS	ARTES
CENTRO DE PESQUISAS DE MATEMÁTICA APLICADA	CENTRO DE PESQUISAS FÍSICAS	CENTRO DE PESQUISAS QUÍMICAS	CENTRO DE PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS	CENTRO DE PESQUISAS BIOLÓGICAS	CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS	CASAS NACIONAIS DA LÍNGUA E DA CULTURA	MUSEU DE ARTE

FACULDADES

ARQUITETURA E URBANISMO	ENGENHARIA	EDUCAÇÃO		DIREITO-ECONOMIA-ADMINISTRAÇÃO - DIPLOMACIA			CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS MÉDICAS
CENTRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CENTRO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS	CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E MÉDIO	CENTRO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS	CENTRO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS	CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DO "CERRADO"	HOSPITAL-ESCOLA

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BIBLIOTECA CENTRAL	RÁDIO UNIVERSIDADE	MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	MUSEU DA CIÊNCIA	EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	AULA MAGNA	HABITAÇÕES Pro-fessores Estu-dantes Fun-cionários	ESTÁDIO
↓	↓					↓	↓
CURSO DE BIBLIOTECOLOGIA	CURSO DE RÁDIO-DIFUSÃO	DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES	CLUBE DOS PROFESSORES	CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO UNIVERSITÁRIO	SERVIÇO MILITAR	CASA INTERNACIONAL	CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Institutos — Faculdades

Vantagens do sistema duplo e integrado

- Evita a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, e permite a concentração dos recursos de pessoal. Assim, um único Instituto Central de Química, de Física ou de Biologia pode ser melhor equipado e ter seus recursos melhor utilizados do que com a proliferação de pequenos laboratórios, bibliotecas e equipes dispersas pelas Faculdades cujos alunos requerem formação básica nesses campos.
- Dá ao estudante a oportunidade de optar por uma orientação profissional quando mais amadurecido e melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia dedicar.
- Proporciona modalidades novas de formação científica e de especialização profissional que o nosso sistema atual não pode ministrar. E, graças a esta flexibilidade, atende aos reclamos de qualquer nova modalidade de formação tecnológica por parte do mercado de trabalho, mediante a combinação de certos tipos de formação básica com linhas especiais de treinamento profissional.
- Seleciona melhor os futuros quadros científicos e culturais do país, porque, ao invés de fazer-se esta seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o curso secundário, se decidem por tal orientação, far-se-á dentre todos os estudantes que frequentem os Institutos Centrais e aí revelem especial aptidão para a pesquisa fundamental.
- Estabelece mais nítida distinção entre as atividades de preparação científica e as de treinamento profissional, libertando as Faculdades da tarefa de formar pesquisa-

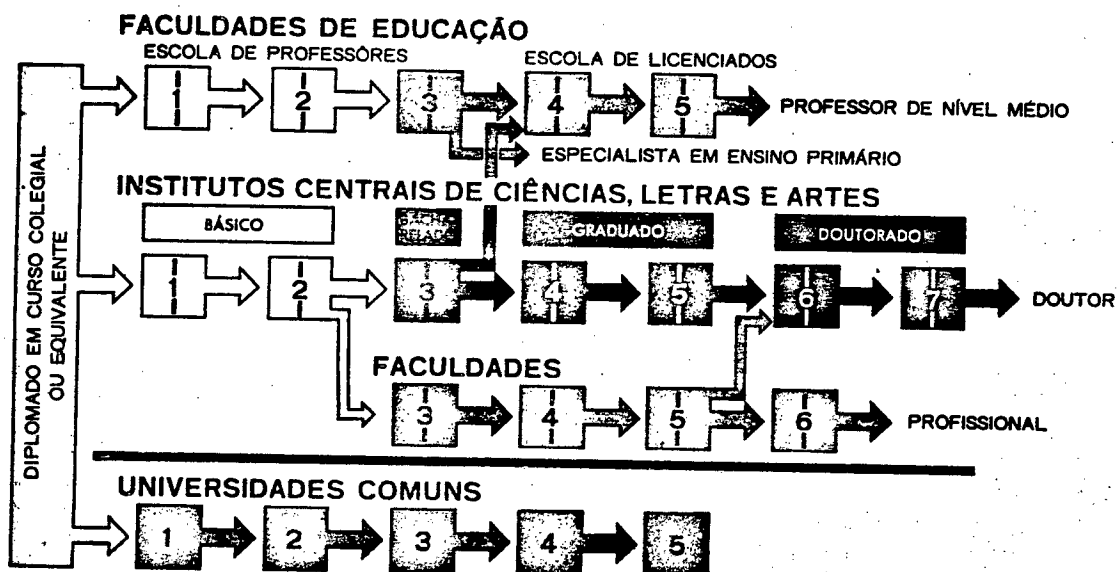
dores, que às vezes intempestivamente se atribuem, permitindo, assim, que cuidem melhor de seu campo específico de ensino e de pesquisa aplicada.

- Enseja uma integração mais completa da Universidade com os setores produtivos que deverão empregar os técnicos que ela formar.

Assinale-se, ainda, que essa estrutura dará oportunidade de constituir-se um verdadeiro *campus* universitário. Quando estiverem em funcionamento os diversos Institutos Centrais, tôdas as Faculdades e Órgãos Auxiliares, alunos e professores viverão numa comunidade efetivamente universitária. O estudante de medicina fará sua formação científica básica junto com o de engenharia, por exemplo, nos mesmos Institutos Centrais; residirá na mesma casa com colegas que seguem os mais diversos cursos; com eles praticará esportes e frequentará os centros recreativos culturais da Universidade. Os Museus, o Instituto de Arte, a Biblioteca Central, a Rádio Universidade de Brasília funcionarão como centros de integração que, além de suas funções específicas, permitirão constituir um lastro de experiência cultural básica para todos os que passem pela Universidade, qualquer que seja a carreira que abracem.

Mestres inteiramente devotados ao ensino e à pesquisa, convivendo com seus alunos no *campus* comum, comporão o ambiente próprio à transmissão da experiência, não apenas através de atividades curriculares como, ainda, através do convívio e da interação pessoal, com o que se poderão plasmar mentalidades mais abertas, mais generosas e mais lúcidas.

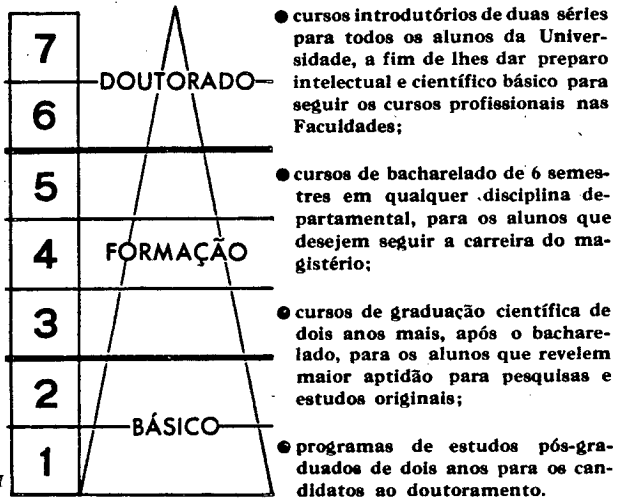
VIAS DE ACESSO À UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Estrutura da Universidade de Brasília

A organização da Universidade de Brasília se baseia na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos Centrais, as Faculdades e os Órgãos Complementares.

Aos Institutos Centrais compete ministrar:



Funcionário, portanto, em quatro níveis: o *básico* (4 semestres), que pode estender-se até o *bacharelado* (6 semestres), o *de formação especializada* (10 semestres) e o *de pós-graduação* (14 semestres), ao nível de *doutoramento*.

As Faculdades receberão, pois, alunos já preparados pelos cursos introdutórios e ministrar-lhes-ão treinamento especializado tendo em vista o exercício de uma profissão.

A diplomação nas carreiras tradicionais far-se-á após cursos que, somados ao dos Institutos, perfaçam o mínimo de anos de estudo exigido pela legislação do ensino para cada tipo de formação superior.

A Universidade deverá contar, inicialmente, com oito Institutos Centrais, a saber: Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes, que poderão ser desdobrados mais tarde. Cada um deles se dividirá em Departamentos. Estes constituirão as unidades básicas da Universidade onde se reunirão os professores coletivamente responsáveis pelas atividades de ensino e de pesquisa em cada especialidade.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTOS CENTRAIS

MATEMÁTICA	FÍSICA	QUÍMICA	GEO-CIÊNCIAS	BIOLOGIA	CIÊNCIAS HUMANAS	LETRAS	ARTES
CENTRO DE PESQUISAS DE MATEMÁTICA APLICADA	CENTRO DE PESQUISAS FÍSICAS	CENTRO DE PESQUISAS QUÍMICAS	CENTRO DE PESQUISAS DE RECURSOS NATURAIS	CENTRO DE PESQUISAS BIOLÓGICAS	CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS	CASAS NACIONAIS DA LÍNGUA E DA CULTURA	MUSEU DE ARTE

FACULDADES

ARQUITETURA E URBANISMO	ENGENHARIA	EDUCAÇÃO		DIREITO-ECONOMIA-ADMINISTRAÇÃO - DIPLOMACIA			CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS MÉDICAS
CENTRO DE PLANEJAMENTO REGIONAL	CENTRO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS	CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E MÉDIO	CENTRO DE PESQUISAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS	CENTRO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS	CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DO "CERRADO"	HOSPITAL-ESCOLA

ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

BIBLIOTECA CENTRAL	RÁDIO UNIVERSIDADE	MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	MUSEU DA CIÊNCIA	EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	AULA MAGNA	HABITAÇÕES Pro-fesso- res Estu- dan-tes Fun- cio-nários	ESTÁDIO
↓	↓					↓	↓
CURSO DE BIBLIOTECOLOGIA	CURSO DE RADIODIFUSÃO	DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES	CLUBE DOS PROFESSORES	CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO UNIVERSITÁRIO	SERVIÇO MILITAR	CASA INTERNACIONAL	CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Instituto Central de Biologia

Ao Instituto Central de Biologia compete dar os cursos de formação básica para as diversas carreiras do campo da Medicina, da Agronomia, da Veterinária, da Tecnologia Florestal e da Tecnologia Alimentar, bem como para a formação do professor de ciências naturais de nível médio e ainda do bibliotecário especializado nesse ramo do saber.

Do conjunto de pelo menos 800 alunos dos cursos introdutórios àquelas várias carreiras é que serão selecionados, pelo talento que revelarem para a pesquisa científica, os futuros biólogos sobre os quais a Universidade investirá, tendo em vista formar cientistas e tecnólogos de alta qualificação. Esses, após o bacharelado, estudarão dois anos mais para graduarem-se em um dos diversos ramos básicos da Biologia, tendo ainda a possibilidade de prosseguir os estudos até o doutoramento.

Graças a essa estrutura, não só a seleção do futuro pesquisador do campo da Biologia se fará em bases muito mais amplas, como também a formação profissional poderá ser ministrada com fundamento num preparo científico mais acurado.

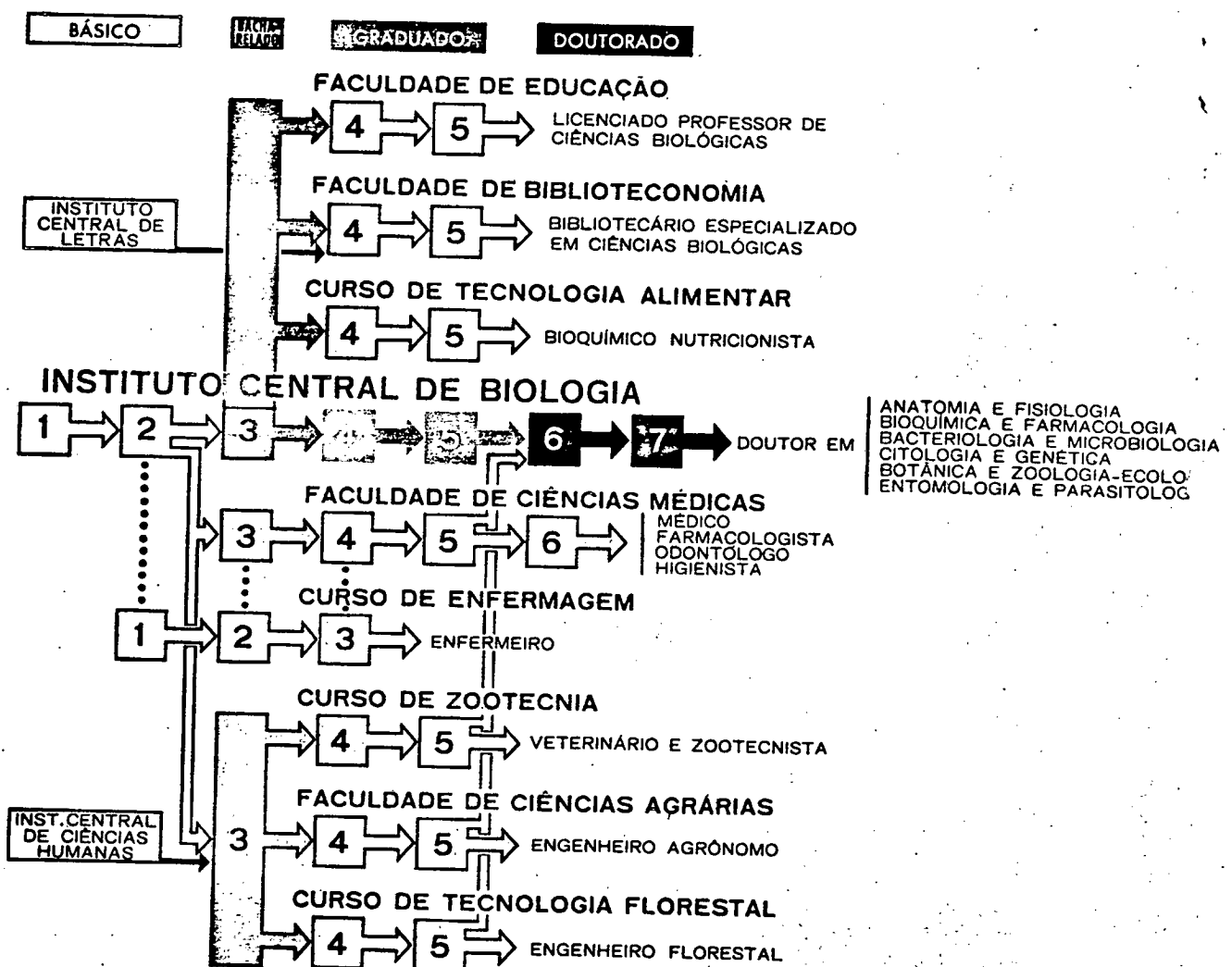
Outra vantagem do sistema instituído pela Universidade de Brasília é distinguir mais nitidamente o ensino e a pesquisa científica fundamental, entregues ao Instituto Central de Biologia, do ensino e da pesquisa aplicada, que ficarão a cargo dos cursos profissionais. Essa distinção proporcionará aos dois campos possibilidades de aprimoramento que jamais poderiam ser alcançadas em estabelecimentos de ensino rigidamente profissionais que, atuando como unidades estanques e auto-suficientes, não conseguem desincumbir-se bem da tarefa de formação do cientista, nem da função de preparo de profissionais eficientes.

O ensino de Citologia e de Genética, bem como o de Ecologia, de Botânica e de Zoologia, sendo ministrado em estreita colaboração com os ramos da Biologia mais ligados com a carreira médica, permitirá uma interação fecunda dos vários ramos dessa ciência e uma extraordinária economia de recursos humanos e técnicos tão escassos em nosso país.

Dentro desse esquema, a formação profissional nas várias carreiras, que têm base nas ciências biológicas, poderá diversificar-se em dezenas de modalidades, ao invés de enquadrar-se nos estreitos limites dos currículos escolares ministrados até agora em nossas Universidades. Assim, a muitos jovens se apresentará a oportunidade de realizar-se profissionalmente como farmacologistas, bio-químicos, geneticistas ou entomologistas, dentre vários outros tipos possíveis de carreira, sem a necessidade de se fazerem médicos ou veterinários e só acidentalmente virem a especializar-se nesses ramos, como vem acontecendo.

A íntima associação do ensino e da pesquisa, desde os primeiros passos da vida universitária, permitirá despertar vocações para a ciência e infundir, também naqueles que se encaminham para as carreiras profissionais, uma mentalidade moldada para a investigação.

Por esse caminho é de se esperar que os problemas da ocupação humana dos grandes vãos do Centro-Oeste, com os desafios que essa região agreste apresenta no campo da tecnologia da produção agrícola e pastoril no cerrado, e no campo da alimentação e da saúde, poderão ser enfrentados pela Universidade de Brasília que, assim, passará a participar ativa e interessadamente na luta nacional contra o sub-desenvolvimento.



Instituto Central de Matemática
Instituto Central de Física
Instituto Central de Química

O ensino da Matemática, da Física e da Química será ministrado nos três Institutos citados, cujo equipamento básico de laboratórios e bibliotecas será em grande parte comum. A esses Institutos se encaminharão os candidatos a quaisquer dos ramos especializados da Engenharia para ali fazerem seus estudos básicos. Ao fim de dois anos, segundo o interesse que manifestarem e o aproveitamento que revelarem, poderão optar por dois caminhos: prosseguir por um ano mais em um dos Institutos para alcançar o bacharelado ou dirigir-se para a Faculdade de Tecnologia a fim de completar, num curso estritamente profissional de três anos, a sua formação como engenheiro civil ou especializado em engenharia química, mecânica, eletrônica, metalurgia, geologia ou de produção industrial.

Aos bacharéis, por qualquer destes três Institutos, que revelarem especial talento para a pesquisa, se oferecerá a oportunidade de prosseguir nos estudos por dois anos mais, a fim de graduar-se como pesquisadores no respectivo campo, sendo facultado continuar os estudos até o doutoramento àqueles que se interessarem pela carreira universitária ou desejarem o aprimoramento científico.

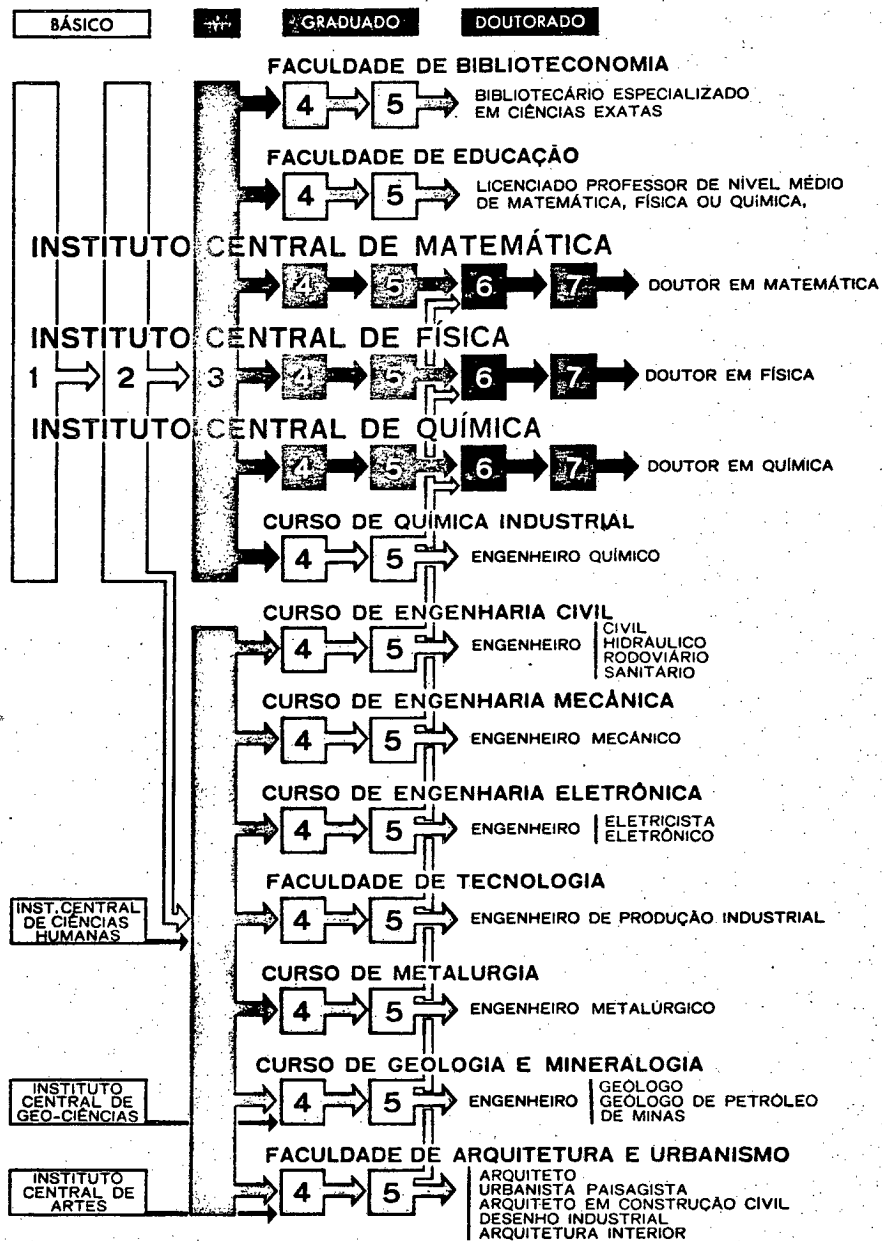
O grau de bacharel dá o ensejo de encaminhar-se a duas outras Faculdades profissionais, a saber: a de Educação, para os que desejarem licenciar-se como professores de nível médio de Matemática, Física ou Química, ou a de Biblioteconomia, para os que quiserem graduar-se como bibliotecários especializados em ciências exatas.

Para a implantação desses três Institutos, que importará num grande investimento, o Conselho Diretor da Universidade de Brasília espera contar com o apoio de organizações internacionais e de fundações, bem como com a colaboração de universidades estrangeiras, que desejem coparticipar nessa tarefa decisiva para o desenvolvimento brasileiro.

Quanto ao Instituto Central de Física, estão adiantados os entendimentos com o Fundo Especial da ONU para o financiamento de um programa de preparo do pessoal docente e aquisição do necessário aparelhamento de laboratório, bibliotecas, etc., em colaboração com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

No que se refere ao Instituto Central de Química, planeja a Universidade de Brasília estabelecer uma associação por 10 anos com o Departamento de Química da Universidade de Indiana, sob cujo patrocínio os diversos Departamentos seriam projetados e postos em funcionamento de modo a criar na América Latina um centro capaz de ministrar cursos do mais alto padrão e levar a efeito programas de pesquisas nos diversos setores da Química.

O Instituto Central de Matemática, cujo planejamento está entregue à coordenação do Prof. Leopoldo Nachbin, dos Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Conselho Nacional de Pesquisas, deverá contar com um computador eletrônico de alta capacidade, que servirá aos programas de pesquisa dos diversos órgãos da Universidade e proporcionará assistência, em problemas pertinentes, aos órgãos do poder público.



Instituto Central de Geo-Ciências

O Instituto Central de Geo-Ciências da Universidade de Brasília foi planejado com o objetivo de formar os cientistas e os tecnólogos indispensáveis para o levantamento geológico, a avaliação e o planejamento da exploração industrial do imenso patrimônio de recursos naturais de que somos detentores.

Esta é uma das maiores tarefas que se apresentam ao Brasil atual, ameaçado de ver dissolver-se na explosão demográfica em processo toda a sua capacidade produtiva, se não for capaz de descobrir e utilizar novas fontes de riqueza, que permitam assegurar trabalho e oportunidades de elevação do padrão de vida a grandes contingentes da população.

A prospecção, o cálculo das reservas e o planejamento da exploração racional de cada tipo de recurso natural, como o carvão, o xisto, o petróleo, os vários tipos de minérios, bem como o levantamento das diversas formações do solo, com vistas à exploração agrária, só poderão ser efetuados mediante a formação de especialistas da mais alta qualificação científica e tecnológica.

Para fazer face a essa demanda de especialistas, dentro do princípio estrutural da Universidade de Brasília, que é a não duplicação de cursos, laboratórios e outros recursos de ensino e de pesquisa, foi programado o Instituto de Geo-Ciências, unificando campos até agora dispersos em várias linhas de formação profissional e instituindo cursos jamais tentados em nossas Universidades.

Os alunos que ingressarem no Instituto de Geo-Ciências, após dois anos de estudos básicos, durante os quais deverão obter "créditos" em matérias ministradas nos Institutos de

Matemática, Física e Química, poderão matricular-se na Faculdade de Tecnologia para se graduarem como engenheiros geólogos, engenheiros de minas, geólogos de petróleo e modalidades afins de formação técnico-profissional.

Os bachareis pelo Instituto de Geo-Ciências, mediante obtenção de "créditos" no Instituto Central de Ciências Humanas, poderão encaminhar-se à Faculdade de Educação para graduarem-se como professores secundários de Geografia ou para a formação como bibliotecários especializados nesse campo.

Aos mesmos bachareis se ensinará ainda o prosseguimento dos estudos no próprio Instituto com vistas à graduação ou ao doutoramento em Geografia, Geologia, Geofísica, Geoquímica, Paleontologia, Pedologia e Meteorologia.

Para a implantação desse Instituto, necessitará a Universidade de Brasília contar com o apoio decisivo de empresas que exercem atividade nesse campo, dentre as quais se destacam a Petrobrás, a Companhia do Vale do Rio Doce, a ICOMI e outras.

A Universidade apelará também para o Fundo Especial e outras agências da ONU com o objetivo de obter assistência técnica para o planejamento do Instituto Central de Geo-Ciências e para o financiamento do programa de aperfeiçoamento do respectivo pessoal docente em grandes centros de ensino, tais como o Massachusetts Institute of Technology, o Centre de Recherche du Pétrole, de Paris, o Instituto de Geo-Ciências da Universidade de Israel ou o ENI, de Milão.



Instituto Central de Ciências Humanas

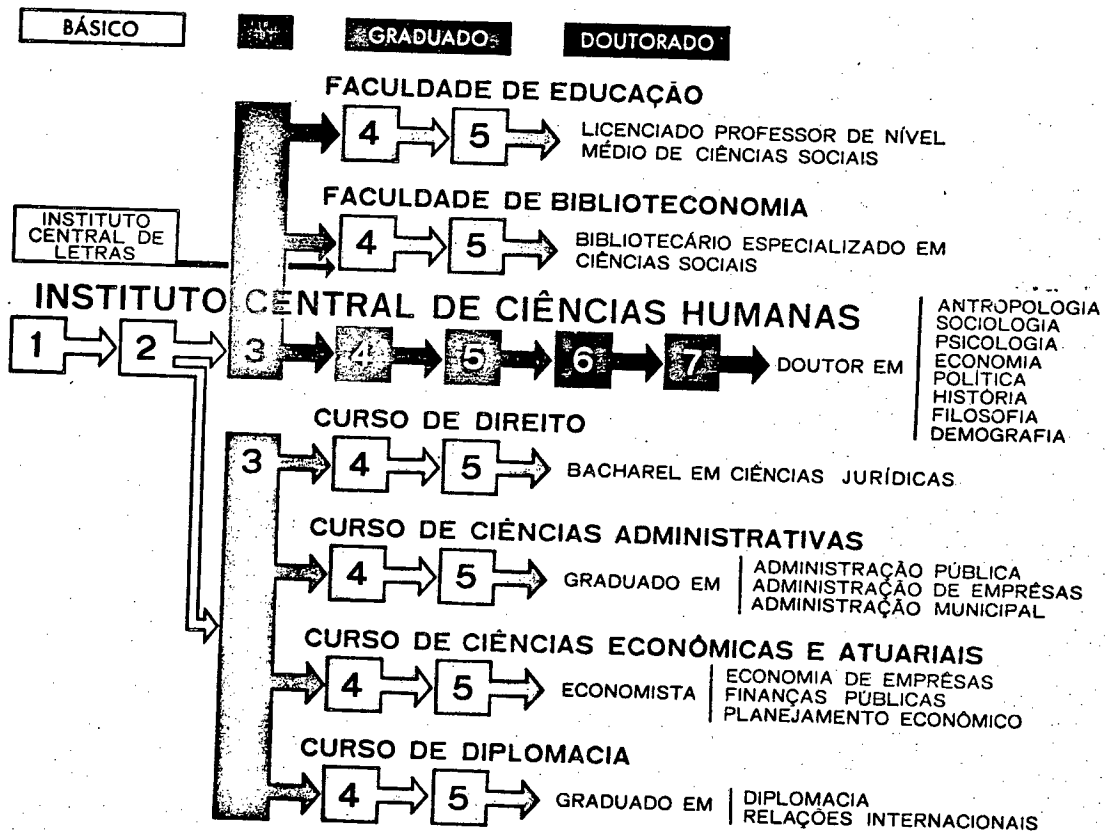
Este Instituto, abrangendo a vasta área das Ciências Sociais, da História e da Filosofia, deverá ministrar os cursos introdutórios para as carreiras de Direito, Administração, Economia e Diplomacia. A ele caberá, também, conceder o bacharelado indispensável ao ingresso na Faculdade de Educação para a licenciatura dos professores de nível médio, especializados em Ciências Sociais e na Faculdade de Biblioteconomia, para formação de bibliotecários devotados ao mesmo campo.

Sobre o grande número de alunos que aspiram seguir essas carreiras e que obrigatoriamente frequentarão seus cursos introdutórios, o Instituto selecionará os talentos mais assinalados para a graduação e o doutoramento nos departamentos de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, Ciência Política, História, Filosofia e Demografia.

Dada a amplitude de alguns desses campos, é de prever que alguns deles muito cedo experimentem grande expansão. Este é o caso do Departamento de Antropologia que, em associação com o MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA e com o CENTRO DE ESTUDOS DAS LÍNGUAS E CULTURAS INDÍGENAS — este último mantido através de convênio com o Summer Institute of Linguistics — deverá contar com amplos recursos para enfrentar o seu programa de trabalho.

O mesmo deve ocorrer, em escala ainda maior, com os Departamentos de Economia, Sociologia e Demografia, cujo pessoal servirá no CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, uma vez que este, como órgão de assessoramento dos poderes públicos, deverá desempenhar papel decisivo neste momento em que a Nação se esforça por substituir o espontaneísmo errático até agora vigente na ação governamental, por formas mais altas de atuação, fundamentadas em planos formulados e executados com o mais alto rigor científico.

A preocupação da Universidade de Brasília por bem cumprir suas funções de assessoramento deverá levá-la a emprestar o maior zelo na organização do CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS, vinculado ao CURSO DE DIPLOMACIA, bem como no planejamento e implantação do CENTRO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS. Este último, dado o próprio caráter de Brasília como cidade-capital — centro da alta administração dos serviços públicos federais — será chamado a desempenhar função relevante no aprimoramento da máquina administrativa da União, que através dele deverá alcançar uma consciência crítica dos problemas com que se defronta e encontrar as soluções mais adequadas para ajustar-se aos imperativos do desenvolvimento.



Instituto
de
Teologia
Católica

A Universidade aspira abrigar no seu "campus" uma série de órgãos complementares de estudo e de pesquisas mediante convênio com instituições do mais alto padrão acadêmico. Dentre essas se destacará o INSTITUTO DE TEOLOGIA CATÓLICA, cuja orga-

nização e manutenção ficará a cargo da Ordem Dominicana do Brasil que, em colaboração com os seus ramos europeus, poderá organizar-se para dar cursos de formação e especialização nesse campo, dentro do mais alto nível universitário, até o grau de doutoramento.

Instituto Central de Letras

O ensino de Letras na Universidade de Brasília ficará a cargo deste Instituto, que funcionará conjuntamente com quatro Órgãos Complementares:

1. O conjunto das CASAS NACIONAIS DA LÍNGUA E DA CULTURA dos países a que o Brasil se vê ligado por afinidades profundas ou interesses culturais;

2. O CENTRO DE ESTUDOS DAS CIVILIZAÇÕES CLÁSSICAS, que ministrará o ensino da língua e da literatura grega e latina;

3. O CENTRO DE ESTUDOS DAS LÍNGUAS E CULTURAS INDÍGENAS, destinado a proceder ao levantamento e à documentação das formas de vida das populações ameríndias ameaçadas de descaracterização por força da expansão da sociedade nacional, que pouco a pouco vai cobrindo todo o território brasileiro.

4. O CENTRO DE ESTUDOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL, que procederá ao levantamento, documentação, análise e interpretação das formas assumidas pela língua em toda a extensão do território nacional, não só nas suas variantes sócio-culturais, mas ainda na sua expansão e desenvolvimento no tempo.

O núcleo fundamental do Instituto será constituído pelo tor de estudos e de pesquisas das Letras Brasileiras, a ser integrado por Departamentos de Linguística, Filologia, Teoria Literária e de Literatura Brasileira e Portuguesa.

As Casas da Língua e da Cultura cumprirá ministrar cursos instrumentais de domínio das respectivas línguas para a população Universitária e cursos avançados de língua e literatura para a formação de professores de ensino médio, bem como cursos de aperfeiçoamento do magistério em exercício no Brasil.

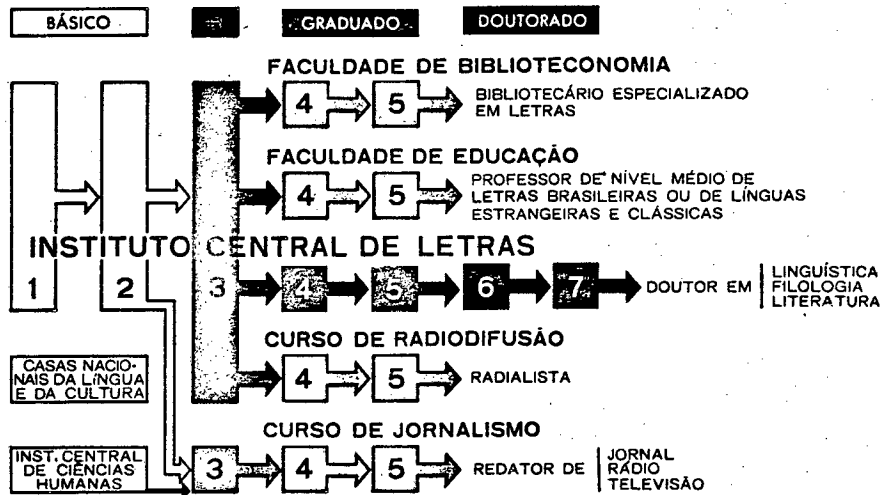
Isso significa que a Universidade de Brasília não manterá, ela própria, cursos de letras neo-latinas, anglo-germânicas ou de quaisquer línguas vivas, mas simplesmente supervisionará e reconhecerá os diplomas de suficiência atribuídos por Universidades estrangeiras representadas pelas Casas Nacionais. Assim, por exemplo, um aluno graduado pela Casa da Língua e da Cultura Francesa, com diploma da Universidade de Nancy, tendo seu título reconhecido, poderá encaminhar-se para a Faculdade de Educação e, ao fim de dois anos de estudo, licenciarse como professor de nível médio de língua e literatura francesa. O mesmo tipo de formação será dado aos professores das demais línguas.

Dêsse modo, poderá o Instituto concentrar seus recursos na formação do professor de língua e literatura vernácula, de modo a assegurar-lhe o completo domínio dos instrumentos de expressão literária, fazendo-o, ao mesmo tempo, conhecedor profundo das obras básicas da nossa literatura. Terá, ainda, condições de orientar esses estudos, bem como a pesquisa e o ensino da linguística e da filologia dentro de um alto padrão, de modo a poder levar seus alunos até o nível de doutoramento.

Os cursos básicos do Instituto de Letras, após o 2.º e o 3.º anos, se desdobrarão em três ramos profissionais específicos, voltados para a formação do bibliotecário especializado em letras brasileiras ou em línguas e literaturas estrangeiras ou clássicas, do radialista e do redator de jornal, rádio e televisão.

Um dos característicos do campus da Universidade de Brasília será o bairro formado pelas diversas Casas Nacionais, dispostas no plano urbanístico de Lúcio Costa entre duas avenidas distanciadas de 100 metros e separadas umas das outras por fileiras de árvores e todas voltadas para o lago. Esse conjunto está planejado para representar a melhor arquitetura contemporânea dos diversos países, integrando-se no espírito renovador de Brasília.

Além das funções específicas de ensino de Língua e Literatura, as Casas Nacionais deverão manter dois programas especiais: 1.º) distribuição de certo número de bolsas para o aperfeiçoamento de pessoal docente de nível superior da América Latina que, após meses de estágio em uma das Casas, se encaminhará às Universidades dos países que elas representam; 2.º) trazer algumas das figuras mais expressivas das letras, das ciências e das artes dos seus países para programas de conferências, seminários e cursos intensivos, que se realizarão em Brasília e serão repetidos em outras Universidades brasileiras e latino-americanas.



Instituto Central de Artes

O ensino de arte no Brasil ainda hoje se ressentir da influência academizadora introduzida pela Missão Francesa de 1816 que, apesar das contribuições que trouxe ao desenvolvimento das artes plásticas nacionais, acabou por esclerosar-se num padrão de ensino extremamente oneroso e de rendimento muito baixo.

Contraopondo-se a esses moldes de ensino, a Universidade de Brasília procurará orientar o seu Instituto Central de Artes para a função fundamental de dar a toda a comunidade universitária e à população de Brasília oportunidade de experiência e de apreciação artística. Assim, espera a Universidade tornar-se capaz de despertar vocações e incentivar a criatividade e, sobretudo, formar platéias esclarecidas, que se façam efetivamente herdeiras do patrimônio artístico da humanidade.

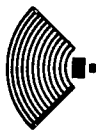
Em lugar de montar complexos currículos com a pretensão de formar pintores, musicistas e artistas criadores em outros ramos, a Universidade se empenhará por trazer para o convívio no seu campus grandes artistas nacionais e estrangeiros para programas informais de aprimoramento de jovens artistas, selecionados pelo vigor e originalidade revelados em estudos básicos realizados em qualquer centro de formação artística.

O investimento principal da Universidade de Brasília nesse campo será na formação artesanal e no apuramento do gosto dos estudantes de arquitetura, de desenho industrial, da arte do livro, das artes gráficas e plásticas, na formação dos especialistas no uso dos meios audio-visuais de difusão cultural e de educação.

Outros campos integradores das diversas artes, como o Teatro e o Cinema serão objeto de particular atenção, tanto nos seus aspectos literários e técnicos, como nos artísticos.

Órgãos Complementares

A Universidade de Brasília deverá manter, também, um corpo de ÓRGÃOS COMPLEMENTARES destinados a funcionar supletivamente como centros de extensão para a cidade e para o país. Tais serão:



A AULA MAGNA, grande auditório montado para atender às necessidades da Universidade e da Capital Federal, dotado dos recursos áudio-visuais que possibilitem a realização de reuniões e congressos internacionais. A construção desta unidade deverá ser encetada prontamente, porque Brasília servirá de sede à Assembléia Geral da UNESCO em 1964 e precisará contar, então, com um auditório com capacidade para acolher as representações de mais de 90 países para uma reunião em que serão faladas simultaneamente cinco línguas. Contando com a Aula Magna e com os recursos de hospedagem que a Universidade poderá proporcionar nos períodos de férias, Brasília far-se-á um dos principais centros latino-americanos de conferências internacionais.

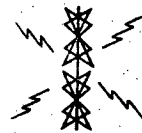


A BIBLIOTECA CENTRAL, que coordenará uma unidade principal com obras gerais e de referência, serviços de documentação e intercâmbio científico e cultural e dezesseis bibliotecas especializadas, sediadas nos Institutos Centrais e nos conjuntos de Faculdades afins. O acervo básico destas bibliotecas deverá montar a um milhão de obras, representando um dos principais investimentos da Fundação e aquele para cuja constituição mais se necessitará apelar para a ajuda de instituições estrangeiras e internacionais. Na Biblioteca Central funcionará a Faculdade de Biblioteconomia, montada para receber alunos bacharelados pelos Institutos Centrais e especializá-los na biblioteconomia e documentação nos respectivos campos de especialidade.



A RÁDIO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, que terá como programa básico a difusão cultural e artística, através de emissoras de ondas médias e curtas. Deverá, contudo, especializar-se em cursos por correspondência e rádio-difusão para aperfeiçoamento do magistério de nível médio. A relevância desta tarefa é evidente, em face do crescimento das matrículas nesse nível de ensino, que ascenderam de 60 mil alunos em 1933, para mais de um milhão, atualmente. Esse extraordinário incremento foi acompanhado da inevitável improvisação do professorado.

A TELEVISÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA que, além dos objetivos locais de difusão cultural, deverá elaborar e coordenar a difusão de programas de nível médio, através das redes nacionais de televisão.



A EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, que se destina a traduzir para o português as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade, que ainda não são acessíveis em nossa língua e, sobretudo, fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível superior, além de editar a produção científica e literária da própria Universidade. Somos, hoje, um dos maiores importadores de livros técnicos da Espanha, do México e da Argentina. Vale dizer que os alunos de nossas universidades estão estudando em espanhol. A exemplo do que fizeram todos os países modernos, impõe-se editar em português a bibliografia básica para a formação profissional comum, em nível universitário.



O MUSEUM, que compreenderá o Museu da Ciência, o Instituto de Artes e o Museu da Civilização Brasileira. Este último com o objetivo de vincular Brasília às nossas tradições históricas e artísticas e dar, aos moradores da nova capital e aos visitantes que a procurarem, uma visão do nosso esforço secular para criar uma civilização.



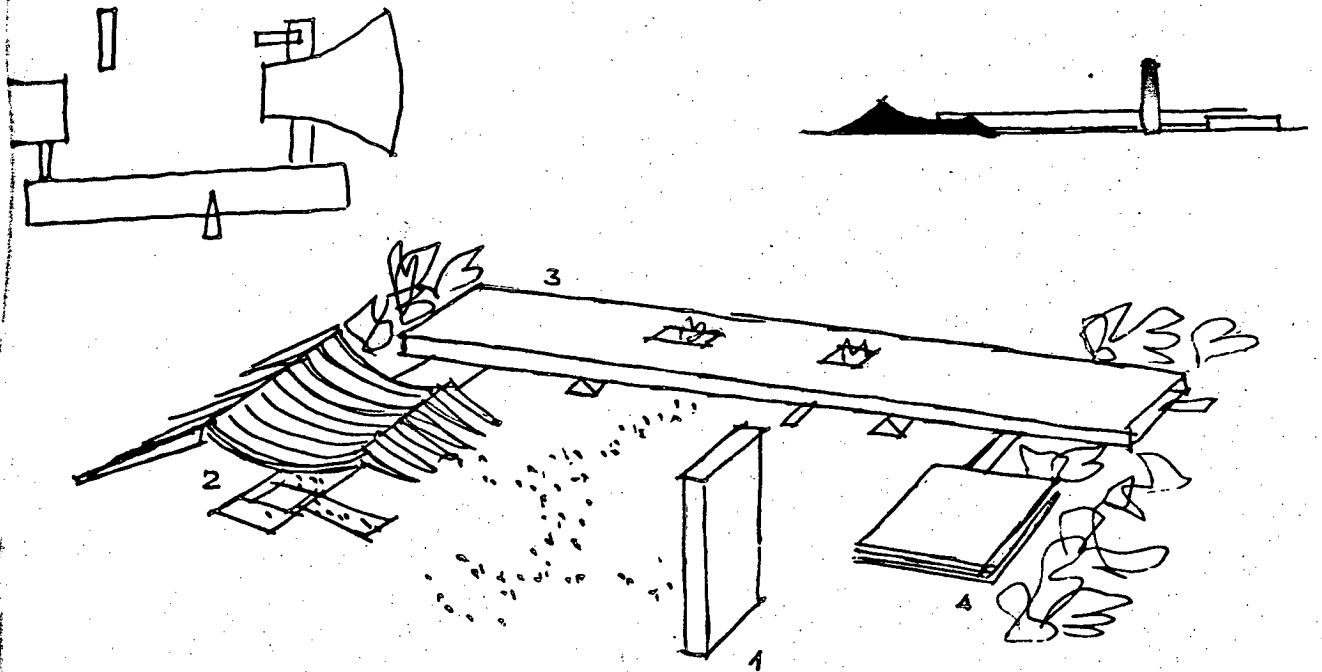
As CASAS DA CULTURA para o ensino de línguas e o estudo da literatura e da tradição cultural das nações a que estamos mais vinculados e que se dispõem a manter, junto à Universidade de Brasília, um centro de difusão cultural.



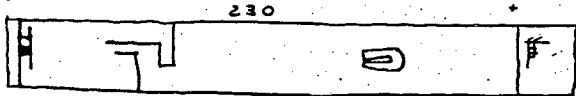
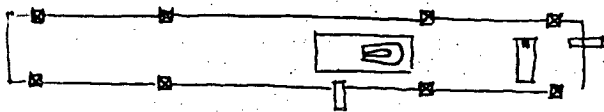
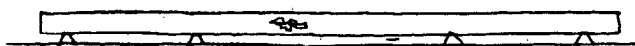
Dentre os Órgãos Complementares contam-se, ainda, o CENTRO EDUCACIONAL — com escolas primária e média de demonstração para os alunos da Faculdade de Educação, — o CENTRO RECREATIVO e CULTURAL e o ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO.

Estão previstos, também, Serviços Auxiliares, como o CENTRO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA e DENTÁRIA, a CASA INTERNACIONAL, destinada a abrigar estudantes estrangeiros, principalmente latino-americanos e africanos, aos quais deverá ser reservada certa porcentagem de matrículas, e o setor de habitações de estudantes e professores, além dos diversos serviços públicos indispensáveis a uma cidade universitária.

Planos de Oscar Niemeyer para a Praça Maior da Universidade de Brasília



1 Reitoria 2 auditório 3 museu de civilização brasileira
4 biblioteca



museu de civilização brasileira
radios da U.B. editores da U.B. etc

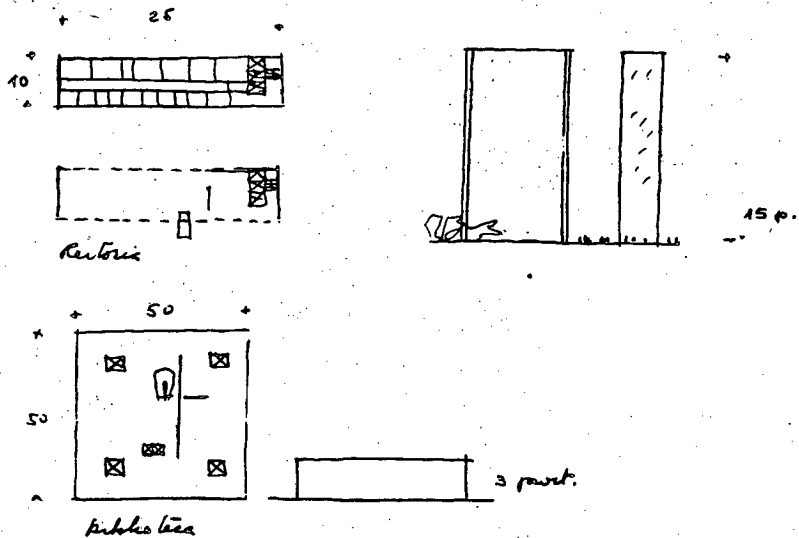
Como prevê o Plano Piloto de LUCIO COSTA, reproduzido em páginas anteriores, os edifícios destinados a abrigar os principais Órgãos Complementares e alguns Serviços Auxiliares da Universidade de Brasília serão concentrados numa praça de grande amplitude — a Praça Maior, — localizada em ponto central da Via da Universidade — estrada que corre ao longo do Lago e contorna uma das faces do "campus". Não obstante a singeleza de suas linhas, a simples concentração desses edifícios em torno de uma área urbanisticamente tratada emprestará à Praça Maior um aspecto majestoso, ampliando-lhe a perspectiva e convertendo-a na entrada magna do "campus" da Universidade.

...e, ainda,
...e média
...educação,
...o UNI-

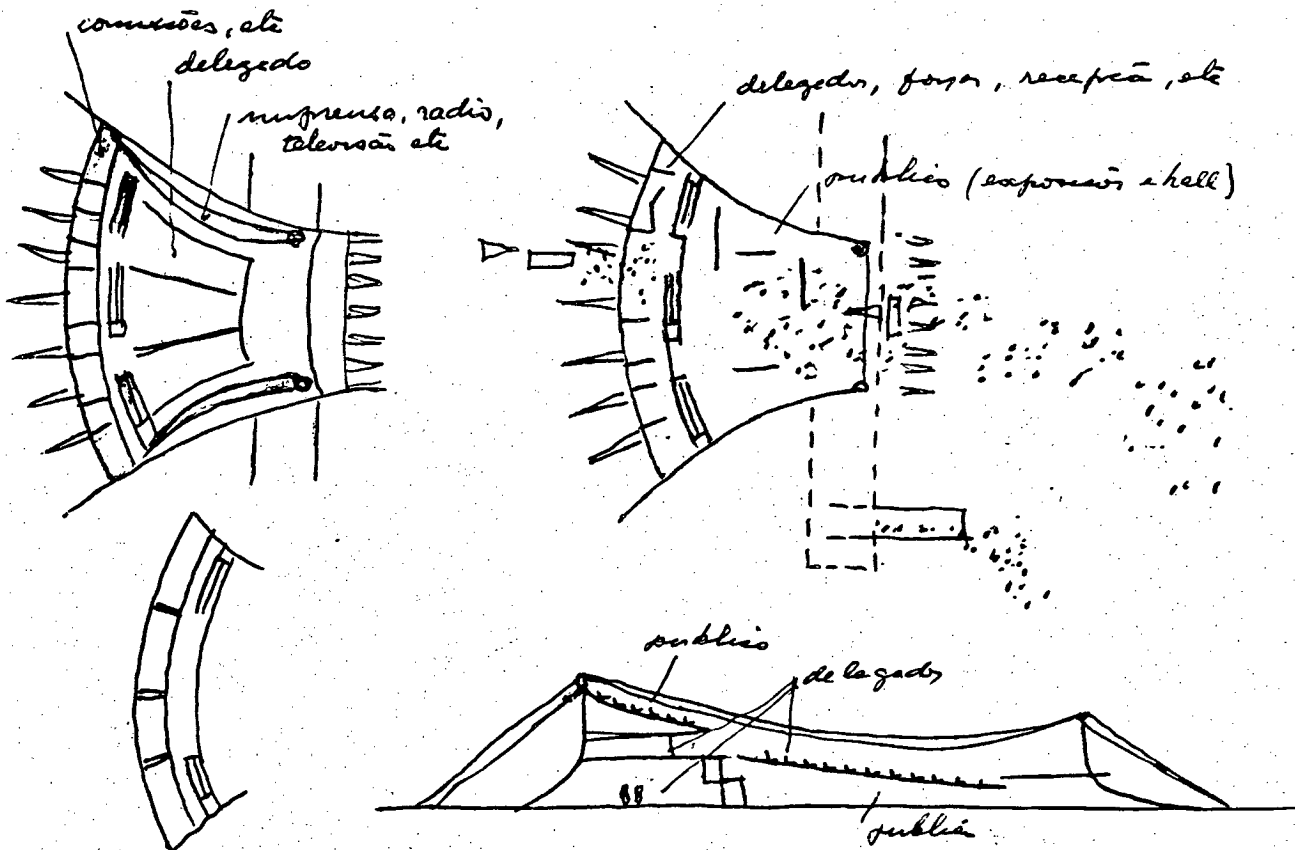
...como o
...a CASA
...estran-
...mos, aos
...matri-
...fessôres,
...a uma

idade de Brasília

OSCAR NIEMEYER, o grande arquiteto que fez de Brasília um monumento de arte e um motivo de orgulho nacional, cedeu gentilmente à Editora Universidade de Brasília os riscos de alguns edifícios a serem erguidos na Praça Maior da Universidade. Esses rápidos esboços de Niemeyer, que reproduzimos sem qualquer alteração nas linhas e nas cores, nos fazem antever a grandiosidade e beleza da obra arquitetônica a ser brevemente empreendida.



leira



Pilôto de
 r páginas
 os a
 alemen... es
 a Univer-
 -centrados
 tude — a
 ponto cen-
 — estrada
 contorna
 Não obs-
 as, a sim-
 os em tór-
 te tratada
 m aspecto
 perspectiva
 magna do

O ritmo de trabalho na Universidade de Brasília

*Nunca, em tão curto espaço,
se fez tanto e tão bom.*

ANTÔNIO DE OLIVEIRA BRITTO

Como foi assinalado pelo ilustre Ministro da Educação e Cultura, em discurso transcrito em outro local, o plano de implantação da Universidade de Brasília se desenvolve em ritmo jamais alcançado em nosso país. Realmente, instituída por Lei de 15 de dezembro de 1961, em apenas 30 dias completou-se a estrutura jurídica da Universidade; em 40, organizaram-se os cursos e realizaram-se os exames vestibulares, aos quais acorreram mais de 1.000 candidatos; em 49, construiu-se o Bloco 1 e, em 32, o Bloco 2. A mais jovem universidade do Brasil já conta com a frequência regular de 500 alunos, o que vale dizer que, em menos de 90 dias após a sua estruturação jurídica, ela conseguiu criar as condições indispensáveis para o início de suas atividades, ultrapassando, assim, as previsões mais otimistas.

O Conselho Diretor da Universidade e sua equipe de colaboradores estão empenhados em manter e, se possível, acelerar o seu ritmo de trabalho. Com esse objetivo, foi organizado um Plano Orientador que fixa prazos mais curtos para a instalação dos Institutos Centrais e das Faculdades, bem como dos vários Órgãos Complementares e Serviços Auxiliares. O Cronograma de Obras, que faz parte integrante desse Plano Orientador em desenvolvimento, prevê para dentro de poucos meses o início da construção de um conjunto de edifícios de interesse comum à Universidade e à cidade de Brasília, a serem erguidos na Praça Maior da Universidade e nos quais serão instalados os principais Órgãos Complementares e alguns Serviços Auxiliares.

Um grupo de arquitetos, tendo à frente Oscar Niemeyer e Alcides da Rocha Miranda, já iniciou estudos e começou a projetar os edifícios que se concentrarão na Praça Maior da Universidade de Brasília e serão os seguintes: AULA MAGNA (8.000 m²), REITORIA E PREFEITURA UNIVERSITÁRIA (4.000 m²), BIBLIOTECA CENTRAL (6.000 m²), EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2.500 m²), RÁDIO E TELEVISÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2.500 m²), MUSEU DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (8.000 m²), MUSEU DA CIÊNCIA (5.000 m²) e INSTITUTO DE ARTE (3.000 m²).

Nas páginas internas deste anexo, os leitores encontrarão os primeiros riscos de OSCAR NIEMEYER para alguns edifícios da Praça Maior da Universidade.

Governo e administração da Universidade

Uma instituição planejada para funcionar em moldes pioneiros, como a Universidade de Brasília, não poderia ser estruturada na forma de autarquia, como ocorre com as universidades brasileiras. O que se recomendava e foi consagrado na lei que a instituiu era a estrutura de Fundação, porque só esta poderia assegurar a indispensável autonomia na organização e na direção de seus órgãos. Fundação de caráter especial, como outras já criadas pelo Poder Público, por êle dotadas de patrimônio e providas nas necessidades de manutenção, para exercerem funções de alta relevância nacional.

A iniciativa se impôs, mais uma vez, em vista da necessidade de dotar a nova Capital — produto mais amadurecido da cultura brasileira, especialmente em sua feição urbanística e arquitetônica — de uma Universidade moderna que a tornasse capaz de imprimir às obras que planejará e executará, amanhã, por todo o país, o mesmo sentido renovador que presidiu sua criação.

O órgão supremo da Fundação Universidade de Brasília é o CONSELHO DIRETOR composto de seis membros, nomeados livremente pelo Presidente da República da primeira vez e, daí por diante, renovado, sob seu controle, através da nomeação de novos membros por escolha sobre listas triplices elaboradas pelo próprio Conselho.

O Conselho Diretor elege o Presidente da Fundação, que é o Reitor, bem como o Vice-Reitor, com funções executivas no que respeita à vida escolar e às atividades de ensino e de pesquisa.

Uma vez implantados os órgãos coordenadores da Universidade, seu corpo docente terá plena autonomia didática, técnica e científica. Para exercê-la, os professores titulares, adjuntos e assistentes reunir-se-ão em *Conselhos Departamentais*, nas *Congregações de Carreiras* e como *Assembleia Universitária*, órgão deliberativo supremo da Universidade.

As *Congregações de Carreiras* compete estabelecer os currículos e suas variantes para cada modalidade de formação e acompanhar individualmente, através de tutores, cada um dos alunos, desde seu ingresso na Universidade até a graduação. Para isto serão integradas por todos os professores dos Institutos Centrais e das Faculdades que

tenham participação em cada modalidade de formação. Assim, a Congregação da Carreira de Engenheiro-Mecânico, por exemplo, será integrada por professores dos Institutos Centrais de Matemática, de Física, de Química e de Ciências Humanas (Economia) e mais, pelos professores dos Institutos Tecnológicos de Mecânica e outros da Faculdade de Tecnologia, cujos cursos os alunos respectivos devam seguir.

As Congregações elegerão para cada tipo de formação dois Decanos, um para os cursos de graduação, outro para os cursos de pós-graduação. Todos os membros das congregações terão obrigações de tutoria de alunos, sob a supervisão dos respectivos Decanos.

A Direção de cada unidade universitária caberá ao *Conselho Diretor*, integrado pelos respectivos chefes de Departamento e dirigido por um coordenador, eleito pelos professores que a integram.

O órgão supremo de coordenação da Universidade é a *Corporação Universitária* formada por três *Conselhos Coordenadores*, um deles integrado pelos coordenadores dos Institutos Centrais; outro, pelos coordenadores das Faculdades; o terceiro, pelos coordenadores dos Órgãos Complementares. Estes Conselhos elegerão os três respectivos *Coordenadores-Gerais*, que serão as autoridades superiores da Universidade e a representarão diante do Reitor e do Vice-Reitor.

Os diversos órgãos de deliberação e coordenação entrarão em funcionamento depois de inaugurados os cursos, à medida que cada unidade universitária se estruture. Até então, a direção caberá ao Conselho Diretor da Fundação, ao Reitor e ao Vice-Reitor, que serão assistidos por coordenadores de sua livre escolha, um para cada unidade universitária a ser criada.

A êsses coordenadores caberá: selecionar e preparar as equipes com que se instalarão em Brasília, em data prevista; dar assistência aos arquitetos no planejamento das respectivas unidades; planejar e promover a aquisição dos respectivos equipamentos e bibliotecas; preparar a elaboração dos livros de texto e outros materiais que devam ser adotados pela Universidade para os cursos iniciais.

ÓRGÃOS AUXILIARES

A Fundação e a Universidade deverão contar, também, com a colaboração de diversos órgãos auxiliares, incumbidos de serviços específicos. Tais serão, entre outros:

- Um setor encarregado de coordenar com as Forças Armadas a prestação do serviço militar pelos universitários, através de Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, do tipo tradicional, ou de modalidades novas de formação de especialistas em tecnologia militar.
- Um comitê de coordenação das relações entre a Universidade e as empresas, encarregado de desenvolver os serviços de assistência técnica, planejamento econômico e pesquisa aplicada;
- Uma comissão incumbida do levantamento de fundos para obras e serviços e de relações públicas com os patrocinadores de unidades específicas da Universidade;
- Um serviço de admissões, encarregado dos exames vestibulares e do controle permanente da validade dos critérios de seleção;
- Uma curadoria, responsável pelos problemas de disciplina e um serviço de assistência social ao universitário.

Estimativa de matrículas

A lotação da Universidade foi calculada tendo em vista estabelecer o número de matrículas que assegurasse o mais baixo custo aluno-ano, permitindo, porém, proporcionar uma formação de alto nível. Supondo-se que a maioria dos professores regulares e dos alunos residirão na Universidade e que todos trabalharão em regime de dedicação exclusiva, aqueles dois propósitos poderão ser alcançados com uma matrícula total da ordem de 15.000 alunos.

Essa lotação nada tem nem de modesta, nem de exagerada, nas condições brasileiras, pois nossa maior Universidade, a de São Paulo, contava em 1961 com 10.014 alunos, a do Brasil com 7.589, a de Minas Gerais com 4.251 e todas elas têm demonstrado pequena capacidade de expansão para os tipos de formação mais urgentemente requeridos para o desenvolvimento econômico e social do país, como a Engenharia e a Medicina.

Ainda que só se efetive completamente em 1970, o acréscimo de 15.000 matrículas será uma contribuição ponderável para fazer face à exigüidade de oportunidades de educação superior que oferecemos à nossa juventude. Para avaliar essa carência basta compulsar estatísticas recentemente divulgadas pela UNESCO, demonstrando que, em 1957, para cada 100.000 habitantes, os Estados Unidos mantinham 1.773 estudantes em suas escolas superiores, o Japão, 690, a França, 410, a Argentina, 783, o Chile, 237, a Índia, 212 e o Brasil, tão-somente, 130. Assim se vê o grau de atraso em que permanecemos também no ensino superior, fator decisivo para o desenvolvimento em setor educacional em que os investimentos são mais prontamente reprodutivos.

Torna-se ainda mais evidente essa exigüidade de oportunidades de estudo em nível superior, quando se analisa sua distribuição por ramos. Uma quarta parte dos nossos estudantes cursaram, em 1961, Faculdades de Direito (23.519); a metade se encontrava nos cursos de Filosofia, Ciências Econômicas e ramos menores (53.495), mas apenas 11.423 (11,6%) estudavam Engenharia e 10.365 (10,5%) frequentavam os cursos de Medicina.

Na primeira série dos cursos de medicina de todo o país, ingressaram, em 1959, 1.789 alunos, número tão desproporcional para uma população de 60 milhões que equivale a condenar o nosso povo a ser tratado por curandeiros. Para preencher estas vagas concorreram aos exames vestibulares 12.403 candidatos, só alcançando matrícula 15,9%, não porque apenas estes fossem capazes de acompanhar o curso com proveito, mas pela exigüidade do número de vagas postas em concurso.

O mesmo se dá com o ensino de engenharia, já que dos 10.055 candidatos que fizeram exames vestibulares em 1959 só 2.510 (23,5%) alcançaram inscrição. Em consequência, este será o número de engenheiros que estaremos formando em 1963, cerca de 70% dos quais especializados em construção civil. A carência salta aos olhos, sobretudo quando se considera que somavam 50.000 as matrículas iniciais em cursos de engenharia nos Estados Unidos em 1950 e que aquele país, já no século passado, quando sua produção industrial era inferior à nossa atual, formava um número muito maior de engenheiros. Como manter em funcionamento nossas fábricas e usinas, como expandi-las e aperfeiçoá-las nestas condições de carência técnico-científica, quando aumenta cada vez mais a proporção da mão-de-obra altamente especializada que se exige para a produção industrial?

A taxa de incremento das matrículas nas nossas Faculdades é também muito baixa. Na década de 1952 a 1961, as matrículas de Medicina passaram de 100 a 110, em Engenharia, de 100 a 159, enquanto em Filosofia e em Ciências Econômicas foram de cerca de 270%.

Assinale-se que a quase totalidade do incremento nesse período se fez pela criação de novas Faculdades. Em alguns casos, como os das Faculdades de Medicina mantidas pela União, que são das melhores equipadas do país, muitas das quais contam com pessoal docente altamente qualificado, as matrículas iniciais foram reduzidas, — em certos casos de forma drástica — passando cada Escola a formar metade e até mesmo uma quarta parte dos médicos que graduavam no passado.

MATRÍCULAS
E
CORPO
DOCENTE
DAS
UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS
1961

UNIVERSIDADES	CORPO DOCENTE	MATRÍCULAS	RELAÇÃO PROF /ALUNO	CONCLUSÕES DE CURSOS
SÃO PAULO	2372	10014	4.2	1445
BRASIL	2381	7589	3.1	1286
RIO GRANDE DO SUL	1968	4624	2.3	709
MINAS GERAIS	1019	4251	4	730
RECIFE	917	3706	4	667
PARANÁ	624	3542	5.6	489
RIO DE JANEIRO	448	3263	7.2	733
CEARÁ	476	2386	5	331
BAHIA	569	2276	4	454
TÓDAS AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	17435	71160	4.08	12677
ESTABELECIMENTOS ISOLADOS	6443	30421	4.7	4950
TOTAL GERAL	23878	101581	4.2	17627

Nestas circunstâncias, a oferta de quinze mil novas oportunidades de matrícula pela Universidade de Brasília será altamente desejável, sobretudo na medida em que estas se concentrarem nos setores em que são maiores as nossas carências, empenhando-se na formação de cientistas, tecnólogos e de profissionais habilitados ao exercício de atividades mais urgentemente requeridas pelo desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A lotação total da Universidade de Brasília, se fixada em 15.000 matrículas, poderá distribuir-se de modo que os Institutos Centrais acolham, em média, 1.000 alunos cada, 800 para os cursos introdutórios e 200 para os cursos de formação de especialistas e de pós-graduação. Como os cursos introdutórios para cada tipo de formação serão feitos simultaneamente em diversos Institutos Centrais — conforme os créditos que o aluno deva perfazer — as 1.000 vagas previstas não equivalem a igual número de alunos, mas a um montante substancialmente menor.

A lotação das Faculdades em 1970 deverá ser prevista para os tipos correntes de graduação e com vagas suplementares, em número pelo menos igual, para modalidades novas de formação especializada.

- O grupo de cursos, que formarão quadros para a Administração Pública, o Direito, as Ciências Econômicas, e a Diplomacia poderá oferecer 1.000 matrículas ou 200 vagas iniciais.
- A Faculdade de Educação, destinada a formar professores e especialistas em administração escolar, em currículos e programas, testes e medidas, etc., para o ensino elementar e médio, terá uma lotação de 1.000 alunos para cursos de duas a três séries anuais.
- O ensino de Arquitetura, Artes e Comunicação Visual preencherá as funções hoje exercidas pelas Escolas de Belas Artes e de Arquitetura, mantendo, além dos cursos tradicionais, currículos especializados de desenho industrial, arte do livro, artes gráficas, cinema, teatro, televisão e propaganda. Poderá ser montado para 500 alunos.
- O grupo de Ciências Agrárias, compreendendo cursos de Agronomia, Veterinária e Zootecnia, Engenharia Florestal e Tecnologia Rural deverá ser estruturado em bases inteiramente novas, em vista do malôgro do padrão tradicional que se tem revelado pouco capaz de atrair estudantes, apesar de sua extraordinária importância econômica. O que se recomenda, nesse

campo, à Universidade de Brasília, é criar núcleos de pesquisa e experimentação capazes de desenvolver bases tecnológicas para a ocupação econômica do Centro-Oeste e da Amazônia. Para isto deveria desenvolver, de preferência, a formação de especialistas altamente qualificados para a pesquisa e a assistência técnica naquelas áreas, além de tecnólogos para o estudo dos nossos principais ramos de produção agrônoma, florestal e pastoril.

- O setor de Ciências Médicas, compreendendo a Medicina, a Farmácia, a Odontologia, a Higiene e a Enfermagem, é daqueles em que contamos com mais alto nível técnico e maior grau de profissionalização. Apesar disso, raras vezes se ofereceu a oportunidade de reestruturá-los em bases melhor ajustadas às condições e às necessidades brasileiras como a que se apresenta, agora, na Universidade de Brasília. A experiência das nossas melhores escolas recomenda a estruturação desta unidade em Institutos especializados, cada um dos quais capaz de dar formação básica para o médico comum, e de abrir perspectivas de especialização para os que desejem dedicar-se a um dado ramo das ciências médicas. A lotação deste conjunto poderá ser da ordem de 1.500 matrículas, sendo 500 iniciais para os diversos ramos.
- A Faculdade de Tecnologia, que ministrará cursos de Construção Civil, Hidráulica, Mineração, Metalurgia, Mecânica, Eletricidade, Eletrônica e Química Industrial deverá constituir-se como a principal unidade universitária. Receberá, como as demais escolas, alunos bacharelados pelos Institutos Centrais ou alunos já formados em alguns destes campos, para ministrarem formação profissional, tendo em vista prepará-los para as atividades produtivas e para a pesquisa aplicada. Formará as modalidades correntes de engenheiros e outras, segundo recomendações dos setores produtivos interessados em mão-de-obra com qualificação específica. Para alcançar este objetivo os cursos dividir-se-ão em períodos de estudos nos cursos tecnológicos e períodos de treinamento na indústria. Além dos engenheiros com currículo completo da Universidade, poderão ser formados técnicos de nível mais baixo, que ingressarão diretamente nos cursos tecnológicos para completar formação prática ou teórica obtida alhures. Para todas estas modalidades de formação, a Faculdade de Tecnologia deverá manter matrícula total de 2.500 alunos, 100 em média para cada unidade.

RAMOS DE ENSINO	EXAMES VESTIBULARES		MATRÍCULA NA 1.ª SÉRIE			CONCLUSÕES 1958		INCREMENTO	
	CANDIDATOS	APROVADOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	Números Absolutos	%	Matrícula Global em 1950	1959 (1950=100)
DIREITO	11430	42,5	4664	795	5459	3240	21,5	11393	193
ENGENHARIA	10055	23,6	2471	39	2510	1239	8,0	7103	151
MEDICINA	12403	15,9	1586	203	1789	1578	10,2	8854	116
FILOSOFIA	8444	60,4	3078	4832	7910	4206	27,1	6397	288
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	3651	58,5	2504	144	2648	997	6,4	2924	241
OUTROS	7282	96,0	4142	2850	6992	4142	26,8	12388	194
TODOS OS RAMOS	53265	37,3	8445	8863	27308	15402	100	48999	178

OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Professores e alunos

A relação professor-aluno em nosso ensino superior é, em média, de um docente para 4,2 estudantes, variando relativamente pouco de uma universidade a outra, mas, de maneira acentuada, por ramo de ensino. Esta proporção seria ótima se se tratasse de professores com dedicação exclusiva, o que lamentavelmente não ocorre, pois o nosso magistério superior é geralmente exercido como atividade parcial, que só ocupa o docente poucas horas por semana.

A Universidade de Brasília, adotando o regime de dedicação exclusiva para professores regulares, poderá tomar, como termo médio, a proporção de um docente para seis alunos, que permite distribuir as tarefas de modo que cada professor tenha um encargo máximo de 10 horas de aula em 40 horas semanais de trabalho. Neste caso, calculando-se sempre em termo médio, teríamos para 2.500 alunos, em 1964, a necessidade de um mínimo de 400 docentes e, para 1970, quando a matrícula ascender a 15.000 alunos regulares, cerca de 2.000 professores. Este dado aproximativo permite avaliar o vulto da tarefa de selecionar e aperfeiçoar tão grande número de professores em um país carente de pessoal qualificado, como o nosso.

Diante destes números se verifica que a mais grave responsabilidade da Universidade de Brasília será a formação de seu corpo docente e que os prazos de três anos para a etapa inicial de instalação e de dez para o conjunto representam o tempo mínimo necessário para selecioná-lo e prepará-lo em centros de aperfeiçoamento do país e do estrangeiro.

Esta tarefa há de constituir o programa principal da Universidade e para levá-la a cabo será indispensável socorrer-se da ajuda das nossas universidades já amadurecidas, bem como dos organismos internacionais, de fundações estrangeiras que atuam no campo e dos governos que queiram e possam auxiliar neste empreendimento.

Avaliamos que o número de bolsas de aperfeiçoamento no estrangeiro necessário para formar as diversas equipes que entrarão em atividade a partir de 1964 será de cerca de 1.000 em dez anos. Como estas necessidades se concentrarão no período inicial e muitas das bolsas deverão ser de dois anos, o cumprimento desse programa exigirá, de 1962 a 1966, cerca de 350 disponibilidades anuais de estudos na América do Norte, ou na França, ou na Inglaterra ou em outros países.

Os alunos da Universidade de Brasília serão selecionados em todo o país, através de concurso como o que realiza, hoje, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, mas assegurando-se a cada unidade da Federação uma quota

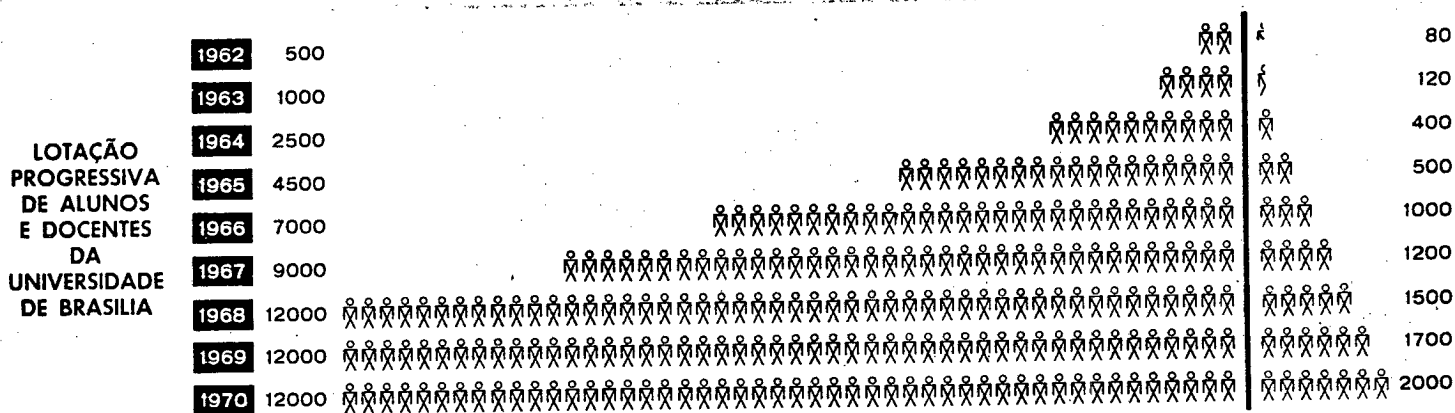
preferencial de matrículas, proporcional ao número de jovens que terminam o curso médio.

Assim, um Estado que conte com uma quota anual de 100 matrículas a preencherá inteiramente se apresentar igual número de jovens com capacidade de seguir os cursos que se proponham realizar. Neste caso, os candidatos só competirão com seus coestaduanos, naturalmente a partir de um nível mínimo de suficiência exigido pela Universidade. Esse nível será avaliado através de provas que levem em conta o quociente intelectual do candidato, a sua capacidade de aprender, o domínio dos instrumentos elementares de estudo, como capacidade de redação em português e de leitura em línguas estrangeiras e, finalmente, o grau de aproveitamento revelado nas diversas matérias ministradas no curso médio. Assim, de cada candidato se traçará um perfil intelectual que indicará se ele tem nível para ser admitido na Universidade e, neste caso, para que campos gerais do saber e da técnica revela aptidão.

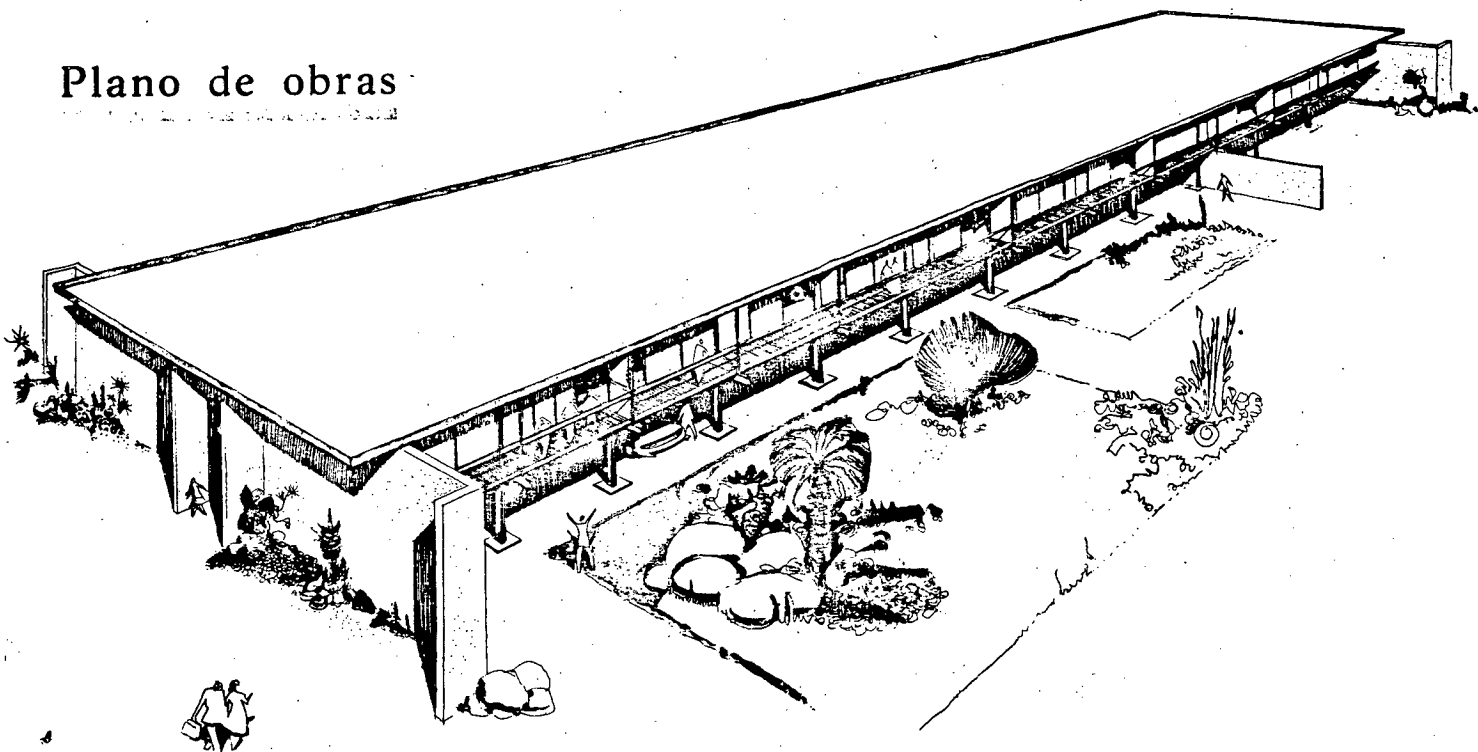
Como os alunos vindos dos Estados residirão necessariamente na Universidade, deverão contar com bolsas que cubram todos os seus gastos com estudo e manutenção. Para isto a União deverá custear certo número de bolsas de valor igual à despesa aluno-ano da Universidade. Outras bolsas poderão ser custeadas por Estados, Municípios e por empresas privadas, estas últimas podendo ser para tipos particulares de formação em que estejam interessadas. Admite-se, também, que certo número de vagas possa ser reservado para alunos em condições de pagar os próprios estudos.

O custeio dos alunos dos povos irmãos da América Latina, aos quais será assegurada a quota de 15% de vagas dos diversos cursos da Universidade de Brasília, far-se-á com bolsas parciais do governo brasileiro e dos países de origem, mas deverá apelar-se para a OEA e para entidades intercontinentais semelhantes, com o objetivo de ampliar este serviço. Aspira a Universidade de Brasília, também, acolher estudantes africanos na proporção de 5% de suas matrículas.

Dada a dificuldade de pessoal para serviços gerais de conservação, já que a cada pessoa contratada para servir em Brasília se precisa prover de residência, estes serviços recairão principalmente sobre os estudantes, como ocorre, de resto, nas universidades norte-americanas. Para isto a bolsa-de-estudos deverá ser estipulada de modo a estimular os alunos a complementá-la com obrigações de trabalho remunerado durante algumas horas, diariamente, em serviços de conservação de equipamento, catalogação, cópia, etc.



Plano de obras



Um programa desta envergadura só poderá ser pôsto em execução através de etapas progressivas e bem marcadas. A estrutura da Universidade de Brasília adapta-se, aliás, a esse procedimento, uma vez que os Institutos Centrais, ministrando os cursos introdutórios, devem ser instalados antes das Faculdades; estas só poderão iniciar suas atividades dois anos após a inauguração dos cursos básicos. Acresce ainda que a singularidade da estrutura da Universidade de Brasília, não admitindo a transferência de alunos, no período de instalação, permitirá inaugurar, série por série, os diversos cursos, à medida que os serviços respectivos entrem em atividade.

Ao Conselho Diretor apresentou-se a oportunidade de adotar um programa decenal que prevê — numa primeira etapa — a edificação dos Institutos Centrais, o equipamento dos respectivos laboratórios e o preparo do pessoal docente que neles deverá trabalhar. Dado o seu vulto, o empreendimento iniciado em 1962 poderá concluir-se em 1964, quando serão inaugurados os Institutos Centrais. Numa etapa posterior serão empreendidas as obras das Faculdades, que deverão ficar concluídas em 1966, de modo que, já em 1968, estarão graduando as primeiras turmas.

Contando-se com os alunos já inscritos nos cursos transitórios, a Universidade recebendo, em 1964, 1.500 alunos nos Institutos Centrais e, daí em diante, dois mil novos alunos, a cada ano, completará sua lotação em 1970, quando terá 15.000 alunos. Este programa permitirá distribuir as despesas por vários exercícios e evitar, tanto quanto possível, a acumulação dos gastos de edificação com gastos de manutenção.

Admitindo-se que a matrícula por Instituto seja de 1.000 alunos, 400 na primeira série introdutória e igual

número na segunda, 50 em cada uma das três séries de formação e 50 nos cursos de pós-graduação, procuramos estabelecer um módulo arquitetônico. Para atender simultaneamente a tantos alunos, deverá cada Instituto Central contar com um anfiteatro de 500 m², duas salas de conferências para 100 alunos com um total de 250 m²; 10 salas de aula com o total de 1.000 m²; 15 salas de estudos e seminários com um total de 750 m², o que, somado, dá o total de 2.500 m² para cada unidade didática.

Os Institutos Centrais como as Faculdades se dividem em Departamentos que são as unidades básicas da Universidade. A cada um deles será necessário assegurar instalações apropriadas para o pessoal docente e os estudantes de nível pós-graduado. Para isto, o departamento-tipo deverá contar com uma sala de chefia que servirá para reunião de professores (50 m²); duas salas para professores titulares (60 m²); quatro salas para professores adjuntos (100 m²); dez salas para professor assistente, instrutores e estagiários (250 m²); espaço para os serviços administrativos (140 m²), o que soma 600 m² por unidade.

Os laboratórios dos Institutos Centrais ou instalações equivalentes das Faculdades poderão ter como módulo uma unidade didática, com área de 500 m², 5 unidades de pesquisa com o total de 250 m² e igual área para oficinas e serviços, perfazendo um total de 1.000 m² por laboratório.

Os diversos institutos deverão contar, ainda, com áreas de 500 m² para biblioteca e com espaços para serviços, avaliados em 20% da área total.

À base destes módulos, foi montado o seguinte quadro que permite avaliar, aproximadamente, o vulto das obras do conjunto de Institutos Centrais.

VULTO DAS OBRAS DO CONJUNTO DOS INSTITUTOS CENTRAIS

INSTITUTOS CENTRAIS	MATRÍCULAS	SALAS AULA m ²	DEPARTAMENTOS UNIDADES	m ²	LABORÁTORIOS UNIDADES	m ²	BIBLIOTECAS m ²	ADMINISTRAÇÃO - m ²	TOTAL m ²
MATEMÁTICA	1000	2500	3	2400	1	1000	500	1280	7680
FÍSICA	1000	2500	10	6000	5	5000	500	2800	16800
QUÍMICA	1000	2500	10	6000	5	5000	500	2800	16800
BIOLOGIA	1000	2500	12	7200	7	7000	500	3440	20640
GEOLOGIA	500	2000	6	4800	3	3000	500	2060	12360
CIÊNCIAS HUMANAS	1000	2500	6	4800	2	2000	500	1960	11760
LETRAS	2000	2500	3	3000	1	1000	1000	1500	9000
ARTES	500	2000	6	4800	2	2000	500	1860	11160
TOTAIS	8000	19000	65	3900	26	26000	4500	17700	106200

Area equivalente a laboratórios, destinada a outros fins

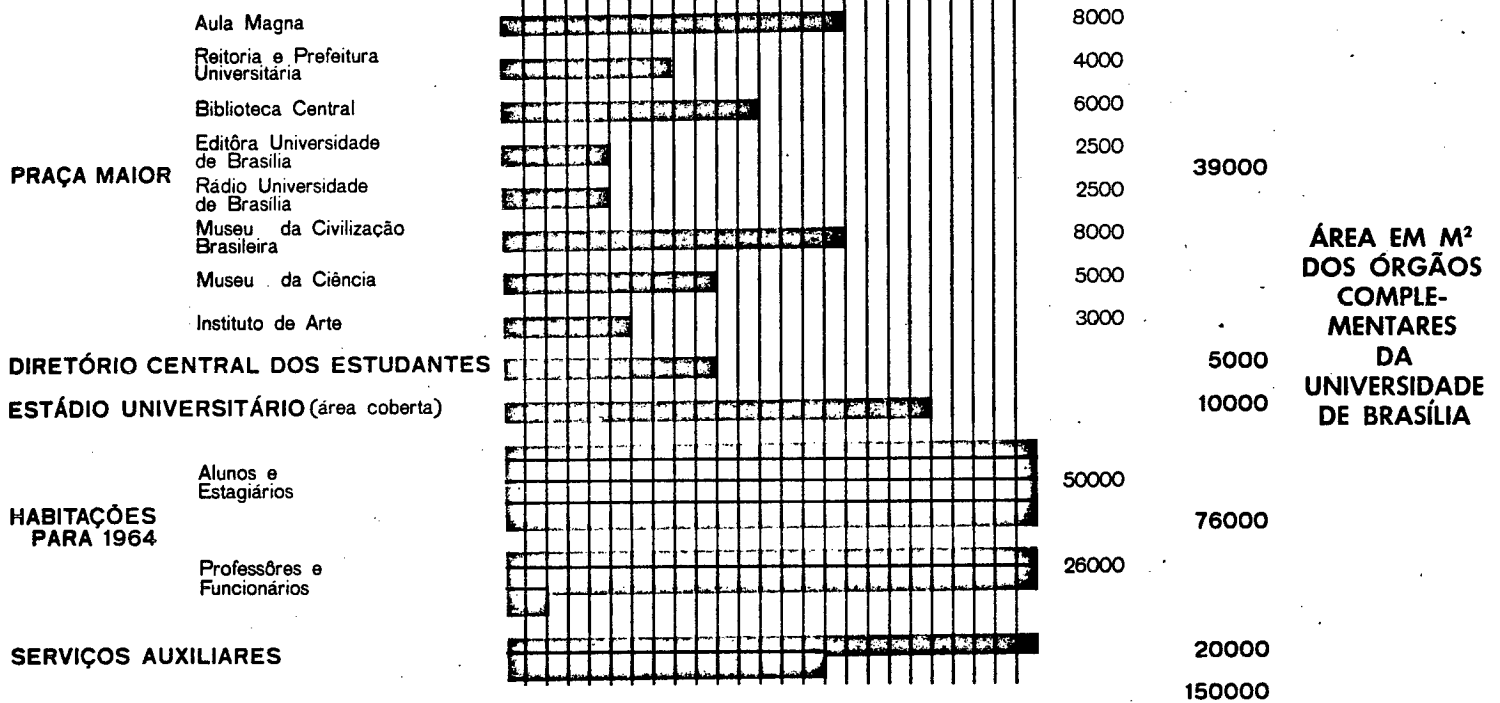
Para as Faculdades o cálculo é mais difícil em vista do número de serviços complementares de demonstração e treinamento que deverão manter. Estes podem ter expressão maior ou menor, conforme as conveniências locais e as possibilidades de utilizar órgãos estranhos como centros de treinamento. No caso de Brasília, porém, a Universidade terá de edificar todos estes serviços, devendo contar, para tanto, com especial ajuda governamental em vista do valor extra-universitário dos mesmos. Assim, em lugar de construir-se em Brasília um grande hospital de especialidades para atender à população regional como prevêem

os planos da NOVACAP, os mesmos recursos poderão ser destinados a um Hospital de Clínicas que cumprirá estes objetivos e poderá servir como Hospital-Escola à Faculdade de Ciências Médicas. O mesmo ocorre com respeito a um grande número de instituições e serviços que não podem faltar a uma cidade-capital e que, com vantagens recíprocas, se estruturariam no corpo da Universidade.

O quadro seguinte procura dar uma idéia da área a ser construída, por grandes conjuntos, para as Faculdades, no período 1963-1970:

ALUNOS	FACULDADES	m ²
1000	EDUCAÇÃO	20000
1000	DIREITO - ECONOMIA - ADMINISTRAÇÃO - DIPLOMACIA	11000
2500	ENGENHARIA	34000
500	ARQUITETURA E ARTES	5000
1500	CIÊNCIAS MÉDICAS	30000
500	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	10000
7000		110000

LOTAÇÃO E ÁREA EM M² DAS FACULDADES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



7

Além dos Institutos Centrais e Faculdades, o programa de obras deverá prever a instalação dos diversos Órgãos Complementares e Serviços Auxiliares da Universidade. Alguns deles, como a Biblioteca Central e a Reitoria, serão obrigatoriamente incluídos na primeira etapa de instalação; outros deverão ser escalonados de acordo com o preenchimento das matrículas e um plano de prioridade estabelecido pelo Conselho Diretor.

Dentre os Serviços Auxiliares destacam-se, pelo seu vulto, dois itens, a saber: o programa de habitações e os serviços públicos e de urbanização. O primeiro equivale à metade da área edificada da Universidade. Sua realização poderá distribuir-se através de 10 anos, acompanhando a progressão das matrículas até completar-se com o preenchimento da lotação da Universidade. Para 1964 serão

necessários, só neste item, quase 80.000 m² de obras. O segundo compreenderá obras de grande envergadura que ficarão a cargo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, por disposição da lei que institui a Fundação Universidade de Brasília.

O programa de habitações para 1970 exigirá a construção de mais de 200.000 m² de residências para atender a toda a população universitária, residente no campus, que deverá alcançar, naquele ano, 15.000 pessoas.

O conjunto de obras da Universidade de Brasília deverá orçar, portanto, em cerca de 600.000 m², a serem edificadas em 10 anos. O cronograma seguinte procura exprimir como as obras se distribuirão através do período 1962-1970, indicando os momentos de início e término de cada conjunto e a área a ser construída por ano.

UNIDADES	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
INSTITUTOS	████████████████████								
FACULDADES		████████████████████							
AULA MAGNA	████████████████████								
MUSEUM		████████████████████							
HABITAÇÕES	████████████████████								
ESTÁDIO		████████████████████							
SERV. AUXILIARES	████████████████████								
MILHARES m ²	50	100	200	300	400	450	500	550	600

CRONOGRAMA DAS OBRAS 1962 - 1970

Programa financeiro

Para calcular o orçamento total do empreendimento se devem prever, como principais parcelas, o custo das edificações, do equipamento didático, dos laboratórios e bibliotecas e o financiamento do programa de aperfeiçoamento do pessoal docente, no país e no estrangeiro. As despesas com a urbanização da área e com serviços públicos de água, luz, esgotos, transporte e comunicações ficarão, como foi dito, a cargo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

O custeio das despesas com edificações que ascendem a 9 bilhões de cruzeiros poderá ser feito com os recursos do patrimônio da Fundação, que será de dois bilhões de cruzeiros (dotação inicial e 12 superquadras de Brasília, para venda) e de sua renda, no período, que deverá orçar em cinco bilhões de cruzeiros, complementados com dotações orçamentárias globais da União. Estas não serão muito vultosas, levando-se em conta o que despendemos anualmente com a rede de universidades federais e que muitas despesas serão meramente substitutivas porque se aplicarão em obras que, se não forem feitas através da Universidade, teriam de ser efetuadas de qualquer maneira para dotar a cidade de hospitais, escolas de demonstração, museus, e outros serviços indispensáveis.

A instalação e manutenção da Rádio Universidade de Brasília será custeada, por determinação legal, com metade dos rendimentos da Rádio Nacional. A Editora Universidade de Brasília deverá operar com um fundo rotativo de 50 milhões de cruzeiros; criado pela lei que instituiu a Fundação Universidade de Brasília.

Para o custeio da aquisição do equipamento dos laboratórios e do acervo básico das bibliotecas, avaliado em 4.750 milhões de cruzeiros, poderia ser solicitada a colaboração do FUNDO ESPECIAL das NAÇÕES UNIDAS mediante acôrdo que fizesse da Universidade de Brasília um centro-pilôto de formação técnica e científica para a América Latina. Aquela instituição tem dado contribuições desse gênero, é certo que de menor vulto, mas conta com recursos financeiros suficientes para o empreendimento e teria, no presente projeto, a oportunidade de associar-se a um programa universitário completo para servir a um grande número de países, num campo em que se defrontam todos com enormes deficiências.

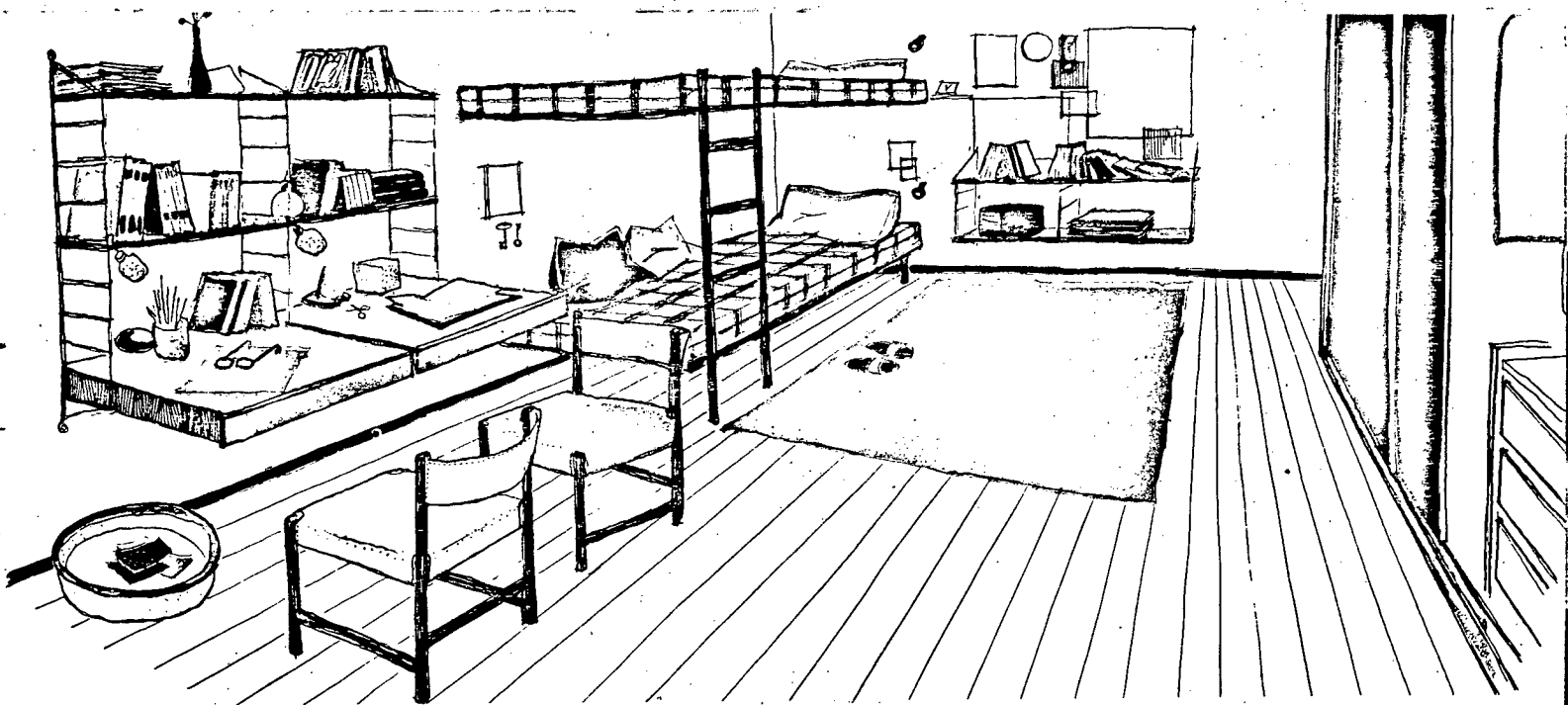
O aperfeiçoamento do pessoal docente da Universidade demandará, também, despesa ponderável, avaliada em 2.250 milhões de cruzeiros, a maior parte a ser realizada em moeda estrangeira. Nesse campo também se deverá apelar para a ajuda de instituições como a OEA e a UNESCO,

que mantêm serviços de bolsas-de-estudo, e para Fundações como a Ford, Rockefeller e outras, devotadas à assistência técnica e à formação de pessoal científico. Dado o vulto do programa e a influência que a nova Universidade deverá exercer no país, poder-se-á solicitar, também, a colaboração governamental de países como os Estados Unidos da América do Norte, a França, a Inglaterra, a Alemanha, o Japão e outros que, preocupados em manter vínculos culturais com nosso povo, provavelmente conviriam em participar do empreendimento.

Podem contribuir ponderavelmente para atender a toda esta classe de despesas diversas instituições particulares, sindicatos, grupos econômicos e empresas privadas e de economia mista que operam serviços ou se dedicam a formas de produção que exigem pessoal de alta qualificação técnico-científica. Esta colaboração poderá efetuar-se através de convênios que interessem determinadas instituições na instalação de unidades específicas da Universidade. Este é o caso, por exemplo, da Petrobrás, com respeito ao Instituto de Geo-Ciências da Universidade, que poderá ser projetado, mediante convênio e financiamento daquela empresa, para formar os especialistas de que ela mais necessita. Acôrdos da mesma natureza poderão ser propostos à indústria automobilística, em relação ao Instituto Tecnológico de Mecânica; à indústria eletrônica, com relação ao Instituto Tecnológico de Eletrônica; à indústria farmacêutica, com respeito ao Instituto de Farmacologia e, ainda, às empresas metalúrgicas, de mineração, de produção de energia elétrica e outras, para o patrocínio de órgãos universitários de pesquisa, de assistência técnica e de formação de pessoal especializado nos respectivos campos.

Naturalmente muitas dificuldades se apresentarão para a execução deste programa, dado o isolamento em que têm vivido nossas instituições de ensino superior, habitualmente desvinculadas dos problemas da produção e dada a falta de uma tradição de convívio e ajuda entre a Universidade e a Indústria. Mas, nos últimos anos, os dois setores vêm tomando consciência de sua recíproca complementariedade e um programa desta ordem já encontraria algumas condições de realização que permitiriam acelerar o plano de instalação da Universidade de Brasília, de modo que alguns dos seus setores entrassem em funcionamento antes dos prazos previstos.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco do Brasil, e órgãos de desenvolvimento regional como a SUDENE, poderão contribuir para a instituição, na Universidade, de um Centro de Pesquisas Econômicas e de formação de economistas, bem como de pessoal para a administração de empresas.



Programa de cursos para 1962

O programa de implantação da Universidade de Brasília prevê a inauguração, em 1964, do conjunto de Institutos Centrais (Matemática, Física, Química, Biologia, Geo-Ciências, Ciências Humanas, Letras e Artes) e dos Serviços Auxiliares indispensáveis ao início dos cursos no novo regime a ser instituído em nosso ensino superior. O prazo de dois anos é o mínimo exigido pela construção dos edifícios, a aquisição do equipamento didático e de pesquisa, a organização dos serviços de biblioteca e outros, bem como para a preparação do corpo docente.

Considerando, porém, os inconvenientes de se atrasar, ainda mais, a inauguração de cursos de nível superior na Capital Federal, o Conselho Diretor da *Fundação Universidade de Brasília*, deliberou instituir, já em 1962, uma série de cursos, organizados em regime transitório e que serão, mais tarde, absorvidos pelos Institutos Centrais e pelas Faculdades, à medida que estas e aquelas entrem em funcionamento.

Os cursos transitórios têm em vista os seguintes objetivos:

- a) iniciar, de pronto, as atividades da Universidade oferecendo oportunidade de educação superior em Brasília;
- b) criar, prontamente, um núcleo de atividades culturais, científicas e artísticas, de nível universitário, a serviço da população local;
- c) permitir a organização progressiva dos centros de assessoramento aos poderes públicos em problemas de planejamento, que impliquem pesquisa e documentação, cientificamente conduzidas;
- d) estabelecer, experimentalmente, novos modelos e padrões de ensino e de pesquisa, de divulgação científica e de extensão cultural, que a Universidade deverá ampliar e generalizar;

- e) fixar, em Brasília, uma equipe de professores e pesquisadores que, além das funções docentes, possa colaborar na programação das diversas unidades da Universidade.

A escolha dos cursos, a serem ministrados em 1962, foi precedida do estudo das possibilidades de recrutar o pessoal docente, com a necessária qualificação, e de atender às exigências de equipamento de ensino e de pesquisa para cada tipo de informação. À luz desses critérios, verificou-se a possibilidade de oferecer três cursos-tronco, com bom padrão de ensino: 1) *Direito, Administração e Economia*; 2) *Arquitetura e Urbanismo*; 3) *Letras Brasileiras*.

Todos eles serão ministrados através de programas comuns de dois anos de estudos, ao fim dos quais o aluno fará opção definitiva pela carreira que deseja abraçar, dentro do campo anteriormente escolhido.

Além das disciplinas obrigatórias do currículo mínimo estabelecido em lei para os cursos que os compõem — os troncos comuns também compreenderão matérias que se recomendam como introdução ao preparo profissional e atividades destinadas a elevar a cultura geral do aluno a nível universitário e melhorar seu domínio dos instrumentos básicos de estudo.

Em lugar do sistema de anos-séries, os cursos serão dados semestralmente e a inscrição dos alunos se fará por disciplinas parceladas. Assim, sua aprovação ou reprovação se avaliará por disciplina, e não por termo semestral ou série-ano.

Por esse sistema, e aconselhado pelo respectivo professor-orientador, o aluno escolherá, cada semestre, as disciplinas que deseja cursar, dentro do máximo de 4, classificadas como de formação, e do mínimo de uma, compreendida como de cultura geral. Sua liberdade de escolha será, porém, limitada, porque, ao fim de dois anos, para ingressar na segunda parte do curso propriamente profissional, ele deverá apresentar certificados de aprovação de pelo menos 10 disciplinas definidas como de formação básica para cada carreira.

I — DIREITO, ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA

O ensino desses três ramos que, na organização universitária até agora vigente, se faz em separado, em Faculdades distintas, se fará integradamente, na Universidade de Brasília. Para isso serão reunidas as duas primeiras séries de todos eles em um tronco comum. Tal associação recomenda-se, porque é idêntica ou equivalente a grande parte do currículo mínimo dos primeiros anos dos três cursos, e ainda porque trará as seguintes vantagens:

1. permitirá a elevação do padrão de ensino, assegurando ao estudante de Direito melhores cursos básicos de Economia e Administração e aos destas últimas, melhor aprendizagem das matérias do campo do Direito;
2. Evitará a duplicação de pessoal docente, instalações e equipamento para o ensino das mesmas matérias, o que importará em economia ponderável e em melhor utilização dos recursos técnicos e humanos disponíveis;
3. dará ao estudante a oportunidade de adiar, para dois anos após o seu ingresso na Universidade, a escolha definitiva da carreira, permitindo-lhe fazê-lo quando mais experimentado e amadurecido;
4. distinguindo as matérias básicas de formação geral, ministradas nos dois primeiros anos, das disciplinas de preparo profissional, ensinadas nas três últimas séries, permitirá que umas e outras recebam melhor tratamento.

Ao fim dos dois primeiros anos básicos, os alunos optarão por uma dentre as seguintes carreiras: 1) Direito; 2) Administração Pública; 3) Administração de Empresas; 4) Planejamento Econômico; 5) Economia Empresarial; 6) Finanças Públicas. Daí em diante prosseguirão os estudos por mais três anos, já agora em caráter estritamente profissional.

II — ARQUITETURA E URBANISMO

Tal curso representa, também, uma experiência de reforma do ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Em lugar de tratar esse campo com as vistas voltadas exclusivamente para a arquitetura de edifícios e de casas, são abertas aos alunos perspectivas de, após os dois anos de estudos introdutórios, se encaminharem além daquele campo, para:

1. *Arquitetura de Construção Civil*, ou seja, para o domínio das técnicas da indústria de construção;
2. *Desenho Industrial*, ou arquitetura de objetos, como utensílios, etc.;
3. *Arquitetura Paisagística*, com o domínio dos conhecimentos de Ecologia e Botânica, para a composição da paisagem;
4. *Urbanismo e Planejamento Regional*, com vistas à formação de arquitetos capazes de trabalhar em equipes devotadas aos problemas da reordenação da vida regional, através de planos de desenvolvimento econômico-social ou da implantação de redes urbanas com melhores condições de vida;
5. *Comunicação Visual*, compreendendo os campos especializados da Fotografia, do Cinema, da Televisão, do uso dos meios audio-visuais na educação e na difusão cultural.

Para alcançar esses objetivos todo o currículo teve de ser revisto, com o fim de reaproximar os alunos das técnicas artesanais e industriais básicas do campo da arquitetura, bem como de neles incutir simultaneamente, maior preocupação com a história das artes e melhor compreensão dos momentos brasileiros de superior criatividade artística.

O curso terá como objeto de estudos a cidade de Brasília, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico e, como campo de treinamento, o próprio projeto da Universidade de Brasília, cujo desenvolvimento caberá, principalmente, à equipe de professores e alunos pós-graduados.

III — LETRAS BRASILEIRAS

Esse curso tem como objetivo central formar o professor de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira para as escolas de nível médio. Presentemente, esse professor é licenciado nos cursos de Letras Clássicas e de Línguas Neo-Latinas das Faculdades de Filosofia, os quais dão ênfase, principalmente, ao estudo do Grego e do Latim, no primeiro caso, ou ao domínio da língua e literatura francesa, espanhola e italiana, no segundo. Vale dizer que o professor, a quem caberá as maiores responsabilidades na formação vocacional e cultural da juventude, é preparado quase subsidiariamente para tal função, o que representa grave sintoma de alienação cultural.

O curso de Letras Brasileiras da UNB foi projetado, principalmente, para dar ao aluno completo domínio dos instrumentos de expressão em língua vernácula, habilitando-o a que se faça herdeiro ativo do nosso patrimônio literário e conhecedor dos esforços nacionais de auto-expressão e de auto-conhecimento. Com o objetivo de alcançar este escopo no mais alto padrão científico, particular zelo aplicar-se-á aos estudos introdutórios de Linguística e Filologia.

Ao aluno que completar os dois anos básicos do curso de Letras Brasileiras, abrir-se-ão oportunidades de prosseguir nos estudos para licenciar-se como professor secundário de Língua e Literatura Vernácula, ou para graduar-se como redator geral ou especializado em jornal, rádio ou televisão. O aluno que revelar especial talento para pesquisas ou assinalado poder criador terá condições de prosseguir nos estudos, com vistas à carreira universitária, como pesquisador em Linguística ou especialista em Literatura, senão de aprimorar-se para a sua auto-realização como escritor ou ensaísta.

IV — ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

Além dos cursos regulares, de formação, para os alunos aprovados nos exames vestibulares, a Universidade de Brasília ministrará, em 1962, alguns cursos em nível pós-graduado.

Esses cursos, abertos a diplomados nos respectivos campos, destinam-se ao aperfeiçoamento e atualização cultural, científica e técnico-profissional ou à especialização sistemática em determinado ramo do saber.

Os alunos dessa última categoria serão selecionados entre os diplomados da nossa Universidade que revelarem maior talento e disposição para devotar-se à vida universitária. Ao lado dos estudos em seminário e dos programas de treinamento, esses alunos poderão exercer funções de instrutores para os cursos de formação, fazendo jus, neste caso, a uma ajuda financeira, além de residência na Universidade.

Prevê-se que nessa categoria serão inscritos na Universidade, em 1962, cerca de 20 jovens arquitetos e engenheiros, bem como, especialistas em comunicação visual e em artes gráficas e plásticas; cinco graduados em cursos de Direito; cinco, em Administração; cinco em Economia; cinco, em Ciências Sociais; e cinco, em Letras.

V — EXTENSÃO CULTURAL

Com o objetivo de ampliar, em benefício da população de Brasília, os serviços das diversas unidades da Universidade, será realizada, em 1962, uma série de programas de extensão cultural, através de conferências e seminários abertos ao público e de programas de rádio e televisão.

A contribuição maior, que a Universidade de Brasília dará à população da Capital, consistirá, porém, no acesso aos seus cursos regulares para os que desejem frequentá-los com objetivos de alargamento dos horizontes culturais ou de aperfeiçoamento e atualização científica e técnica.

Para alcançar este propósito, cada curso dos três troncos comuns reservará certo número de vagas a candidatos não inscritos como alunos regulares e que tenham o preparo básico necessário a acompanhá-los com proveito. Os alunos inscritos nessa categoria farão provas juntamente com os demais e terão direito a certificados de aprovação.

Inauguração oficial do "campus" da Universidade de Brasília

A mesa que presidiu a cerimônia inaugural do "campus" da U. N. B., vendo-se, entre outras personalidades o Ministro Oliveira Britto, o Embaixador Sette Câmara e os Professores Hermes Lima e Darcy Ribeiro.

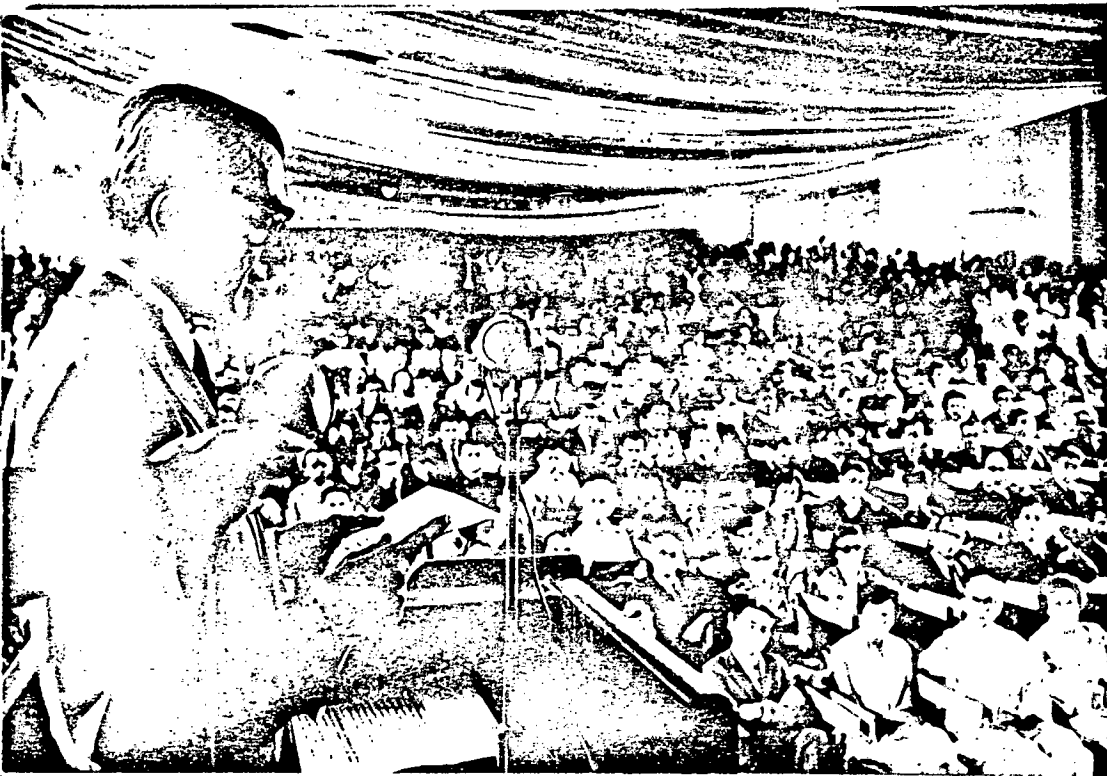


Entre as comemorações que assinalaram o 2.º aniversário de Brasília, a mais importante foi, sem dúvida, a inauguração oficial do *campus* da Universidade. Numa área que, 59 dias antes, ainda se encontrava totalmente coberta pela vegetação típica do "cerrado", técnicos e candangos, num ritmo de trabalho inédito mesmo nos anos de Brasília, conseguiram erguer dois pavilhões para a hospedagem de professores visitantes e residência de assistentes; um prédio de largas proporções no qual, durante dois anos, funcionarão alguns cursos da Universidade e que, futuramente, será a sede da Faculdade de Educação; um restaurante com capacidade para duas mil refeições diárias; o pavilhão onde se encontra instalado um dos auditórios da Universidade — a tudo isso se somando as obras já iniciadas do edifício destinado a abrigar provisoriamente a Reitoria e diversos serviços auxiliares.

Na cerimônia inaugural, realizada às 10 horas da manhã de 21 de abril de 1962, no auditório cuja montagem fôra terminada 20 minutos antes, o Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura, em nome do Governo da República, proferiu um discurso no qual, além de ressaltar o caráter dinâmico e inovador da mais jovem Universidade do Brasil, teve oportunidade de indicar, como missão fundamental da nova instituição, a integração do ensino universitário nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do país.

A oração de Sua Excelência, pela profundidade das suas considerações sobre o estado atual do ensino superior no Brasil e pelo significado histórico de que se reveste, não podia deixar de ser transcrita na íntegra nesta publicação destinada a divulgar o plano orientador da Universidade de Brasília.





O Dr. Antônio de Oliveira Britto, Ministro da Educação e Cultura, diante de um auditório repleto, pronuncia o importante discurso com o qual, em nome do Governo da República, deu como inaugurada a mais jovem universidade do Brasil. →

Discurso do Exmo. Sr. Dr. Antônio de Oliveira Britto:

"ACONTECIMENTOS existem que dizem muito mais que as palavras. O que ora estamos vivendo é um deles, e dos mais expressivos. Sonho, ideal, objetivo, organização, luta de Darcy Ribeiro, ajudada, dentre muito poucos, por Juscelino Kubitschek, Victor Nunes Leal e Cyro dos Anjos, a Universidade de Brasília nasce sob o compromisso de realizar a reintegração da educação nos objetivos do desenvolvimento econômico e social do País. Poderia assim dizer, sem o risco de cometer exagero, a que não estou, aliás, habituado, que, aqui, neste local e neste momento, clamada pelos imperativos dos dias que vivemos, instala-se a Universidade que, sendo a mais jovem, possui já estrutura e alma para servir de exemplo às demais, na caminhada que deverá sem demora iniciar, em busca do ajustamento da formação educacional de nossa juventude às necessidades nacionais.

No primeiro programa de governo, apresentado à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros a que pertencço, tive oportunidade de escrever as seguintes palavras:

"País que se industrializa e necessita, cada vez mais, de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de uma sociedade moderna, continuamos a manter um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente do ponto de vista quantitativo.

O problema mais urgente é o da ampliação de matrícula. Em 1960, 14.000 jovens concorreram às 1.800 vagas oferecidas pelas escolas de Medicina. Nas de Engenharia, apenas 2.800 vagas eram disputadas por 12.000 candidatos. Em 1957, enquanto os Estados Unidos, para cada 100.000 habitantes, mantinham 1.773 estudantes em escolas superiores, e o Japão 690, a França 410, a Argentina 383, o Chile 237, a Índia 212, o Brasil mantinha apenas 130. Essa situação é agravada pela distribuição dos universitários entre tipos de formação que revelam a sobrevivência de uma estrutura econômica e social já superada. Segundo dados de 1959, no total de apenas 16.000 formaturas universitárias, 21 % correspondiam aos cursos de Direito e 29 % aos cursos das Faculdades de Filosofia. As escolas de Medicina graduaram no mesmo ano cerca de 1.500 médicos, número que, em relação a uma população de quase 70 milhões de habitantes, exprime a sua condenação às doenças e às endemias. Mais grave ainda é o quadro no setor da Engenharia, pois os novos engenheiros atingiram apenas a 1.400, com nítida predominância da engenharia civil sobre os setores especializados.

O que melhor caracteriza o ensino superior brasileiro é, de um lado, a enorme expansão do número de estabelecimentos sem condições de ministrar formação de nível universitário e, de outro, a timidez das escolas mais antigas, ser-

vidas por professores mais experimentados e dotadas de melhor equipamento didático, para expandir seus cursos e suas matrículas. Contamos, hoje, com mais de 400 escolas superiores, porém, apenas 40 delas recebem mais de 500 alunos. Esta situação paradoxal pode ser exemplificada com a expansão das matrículas no ensino médico, que se vem fazendo quase exclusivamente pela criação de novos estabelecimentos, já que os antigos congelaram, quando não restringiram progressivamente, o número de vagas postas em concurso, até reduzi-las a uma quarta parte do que eram há vinte anos atrás.

Outra deficiência do ensino superior brasileiro é a uniformidade e a rigidez dos padrões curriculares, que limitam a duas dezenas as modalidades de formação, reduzindo-as às carreiras tradicionais, quando o desenvolvimento da ciência e da técnica estão a exigir formas mais flexíveis e diversificadas de procedimento, que permitam descobrir e encaminhar talentos para todos os ramos do saber e para todas as atividades requeridas pela vida moderna".

Consciente da expansão do ensino nos ramos do saber onde a demanda de profissionais e técnicos é mais reclamada pelas necessidades brasileiras, empenhei-me, junto aos reitores e diretores de estabelecimentos, pelo aumento de matrículas nas primeiras séries de Medicina e Engenharia. Pesa-me revelar que o resultado

obtido longe está de corresponder às expectativas do governo, que nada pedia para si, mas apenas reclamava, em nome do povo que mantém o ensino com o suor do próprio rosto, maior compreensão dos responsáveis pela formação educacional da juventude, pedindo sua atenção para a necessidade de abrirem, mais e mais, as portas das Universidades, de tal modo que delas possa o País retirar maior rendimento econômico e social. Em Medicina, o aumento não chegou a 300 novas matrículas e em Engenharia foi da ordem de 700. Esse resultado demonstra, à saciedade, que pouco ou nada teremos a aguardar da estrutura arcaica de nossas Universidades. Acasteladas numa autonomia nem sempre invocada para a defesa de princípios ligados ao interesse do ensino e ao bem-estar da coletividade; organizadas na base de cátedras vitalícias, a que muitas vezes se empresta o conceito de propriedade, não se apercebem que é imperativo, não apenas de patriotismo, mas, sobretudo, de sua própria sobrevivência, se enquadrarem, já e já, no processo de desenvolvimento do Brasil, dando ao seu progresso aquela contribuição que a Nação toda delas espera.

A Universidade de Brasília surge, porém, com organização igual à das Universidades mais modernas, daquelas que caminham à frente do desenvolvimento do seu país, através do planejamento econômico e social, da intensificação

da pesquisa técnico-científica e da formação de profissionais e técnicos de todos os níveis. Nasce, sobretudo, com alma, com o espírito de Darcy Ribeiro, de quem se pode discordar, mas em cuja fé nos princípios que defende só encontramos devoção à Pátria, em cuja inteligência só alcançamos motivos de justa admiração e de cuja capacidade de realização esta obra é atestado irrecusável.

Em 30 dias, completa-se a estrutura jurídica da Universidade; em 40, organizam-se os cursos e realizam-se os exames vestibulares; em 49, constroi-se o bloco 1 e, em 32, o bloco 2, nos quais são empregados 7.000 sacos de cimento, 50 toneladas de ferro, 18.000 tábuas, 25.000 metros cúbicos de areia, 20.000 de pedras, 1.500 metros quadrados de mármore, 120.000 tijolos, 15 mil caibros, 5.000 quilos de pregos, 1.500 metros quadrados de impermeabilização, 420 de esquadrias e 200 de lambris.

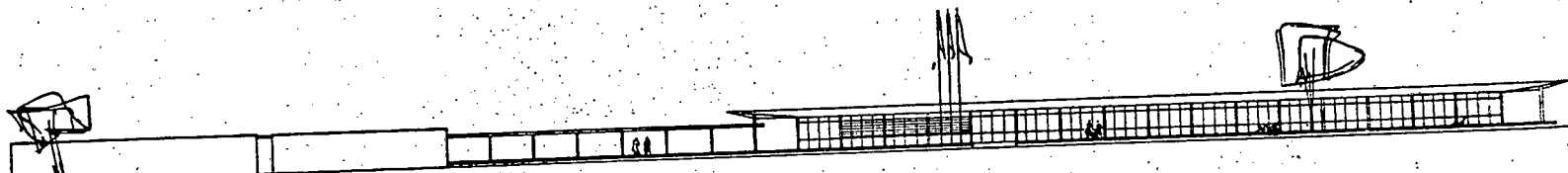
Nunca, em tão curto espaço, se fez tanto e tão bom.

É a nova brisa que balança a Universidade brasileira, impelindo-a para os rumos traçados pelos imperativos do progresso material e espiritual do nosso povo. É a nova ordem ditada pela consciência nacional, convencida de que já não há um minuto a perder na luta pelo desenvolvimento econômico e social do País, cuja base se encontra na educação do povo. É a

tomada de posição do educador brasileiro de espírito jovem, certo de que a construção escolar deve ser a mais simples, a mais singela e a mais aprazível; convicto de que é reclamo nacional a pronta ampliação do número de vagas oferecidas pelos estabelecimentos federais de ensino superior, especialmente nos ramos técnico e científico, a fim de reduzir o custo anual do aluno, mobilizar os recursos didáticos sub-utilizados e satisfazer à necessidade de médicos e enfermeiras que possam atender o interior do País, e de engenheiros e técnicos capazes de incrementar o progresso da Nação.

É o espírito, em suma, de Darcy Ribeiro, a serviço de um ideal e ao qual se associam a devoção e capacidade de seus colaboradores imediatos, dentre os quais não posso deixar de citar Victor Nunes Leal, em que sobram inteligência, saber e organização.

Com estas palavras, minhas senhoras e meus senhores, declaro, em nome do governo do qual me honra fazer parte, inaugurada a Universidade de Brasília — e agradeço a presença de quantos vieram distinguir-nos comparecendo a esta solenidade, ao tempo em que aponto ao reconhecimento da Nação os presidentes João Goulart, Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves pelo inestimável concurso que deram à realização do monumento vivo que esta Universidade será para o enriquecimento material e cultural do povo brasileiro".





A EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, que ora inicia suas atividades, é um órgão complementar da Universidade de Brasília e tem como objetivo fundamental fazer elaborar e editar textos básicos para o ensino em nível universitário, além de editar a produção literária e científica da própria Universidade.

A Lei n.º 3.998, de 15 de janeiro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília, criou, na forma de seus artigos 4.º e 19.º, um fundo rotativo exclusivamente destinado à publicação de obras científicas, técnicas e culturais, pela Editora Universidade de Brasília,

Esta nova editora nasce, assim, estreitamente vinculada ao programa de implantação e desenvolvimento da mais moderna instituição universitária do país. Seu programa editorial procurará acompanhar, passo a passo, as atividades dos Institutos Centrais e Faculdades que compõem a U. N. B. e os seus escritórios, estúdios e oficinas servirão como centro de atividade prática e treinamento para os alunos dos cursos de artes gráficas e da arte do livro, a serem ministrados no Instituto Central de Artes.

A criação de uma editora, junto à Universidade, corresponde a uma exigência do ensino superior e do próprio desenvolvimento da cultura nacional. Nosso país, não obstante as suas necessidades crescentes no campo da cultura e da técnica, infelizmente ainda não possui uma bibliografia básica para a formação profissional, em nível universitário. Para reunir a sua biblioteca mínima de estudo e consulta, o universitário brasileiro, além de ser obrigado a transpor a barreira dos idiomas estrangeiros, tem de enfrentar o alto custo de obras importadas num câmbio desfavorável. A Editora Universidade de Brasília pretende contribuir decisivamente para a solução desse grave problema cultural, publicando, até 1964, um mínimo de 120 obras correspondentes aos cursos a serem dados no 1.º e 2.º semestres de todos os Institutos Centrais da U. N. B. Até o fim de 1965, serão publicados aproximadamente 240 títulos novos e, de 1966 a 1970, cerca de 750, destinados a todos os Institutos Centrais e Faculdades, que nessa época deverão contar com 10 mil alunos e 1.650 docentes.

Sabemos da dificuldade da tarefa a ser empreendida, mas não pouparemos esforços no sentido de fazer com que essa bibliografia básica em língua portuguesa se complete dentro de alguns anos e venha a refletir, no conteúdo e na forma, os altos padrões de ensino e pesquisa a serem seguidos na Universidade de Brasília e destinados a exercer profunda influência na cultura nacional e no desenvolvimento do país.

Colaboraram nesta edição:

Texto e dados estatísticos — Reitoria da U. N. B.

Fotografias — Gentileza de Alfredo Colombo, Marcel Gautherot, "O Estado de São Paulo" e "Diários Associados".

Desenhos — Gentileza de Lucio Costa (esboços que acompanham o Plano Piloto de Brasília e plano do campus da U. N. B.); Oscar Niemeyer (riscos para a Praça Maior da U. N. B.) e Clóvis Graciano (retrato de Lucio Costa).

Diagramas, gráficos e arte final — Rosanis Propaganda Ltda.

Fotolitos para off-set — Estúdio Gráfico Repro Ltda.

Papel — Companhia Industrial de Papel Pirahy.

Composição, impressão e cartonnagem — São Paulo Editora S. A.

Encadernações — Gentileza da Encadernadora Brás Cubas.

Edição e coordenação geral

de

Antônio Lemos

Esta edição é publicada simultaneamente em português e inglês.

Composição em monotipo (faces "Old Style" e "Title") iniciada em 21 de abril de 1962, dia de Tiradentes, 2.º aniversário de Brasília e data da inauguração oficial do campus da U. N. B. Impressão terminada em 31 de maio de 1962.

